



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

PESSOAL: RELATÓRIO INDIVIDUAL DE TRABALHO DOCENTE Nº 293

(Preencher conforme a norma prevista na Resolução Complementar CONSEPE/UNILAB Nº 2, de 16 de julho de 2021)

Docente: James Ferreira Moura Junior	Nº SIAPE 2277325
---	----------------------------

GRUPO I: ATIVIDADES DE ENSINO

1. ENSINO DE GRADUAÇÃO

Código	Disciplina (não incluir as disciplinas de orientação de monografia)	Horas semanais	Subtotal (x2)
BHU1016	IDENTIDADE E PODER - T03	4	16
BHU1012	METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - T02	4	

2. ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU E LATO SENSU

Código	Disciplina	Horas semanais	Subtotal (x2)

3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE ENSINO (PIBID, PET, Monitoria e Pulsar)

Tipo	Programa	Nome do orientando (caso se aplique)	Horas semanais	Subtotal
*				

*T - tutoria; C - coordenação; O - orientação

GRUPO II: ATIVIDADES DE PESQUISA

4. ORIENTAÇÃO (Monografias)

Situação *	Nome do Orientando	Horas semanais	Subtotal
A	MATEUS QUEIROZ MELO	6	6
C	ANTONIO CARLOS DA SILVA		
S	JORGE FERNANDO LODNA		
C	ISADORA ENÉAS MAIA		
A	EMANUEL GOMES DA BHU1057		
A	MARIA EVELINE SILVA ARAÚJO		

*A - em andamento; C - concluído; D - paralisado; E - cancelado

5. ORIENTAÇÃO (Dissertações e Teses)

Nível *	Tipo **	Situação ***	Nome do orientando e do programa	Horas semanais	Subtotal
C	S	A	CAMILA RICARTE DANTAS CARVALHO	1	1

*O - orientador; C - coorientador

**S - stricto sensu; L - lato sensu

***A - em andamento; C - concluído; D - paralisado; E - cancelado

6. ORIENTAÇÃO (Iniciação científica ou tecnológica)

Tipo *	Situação **	Nome do orientando	Horas semanais	Subtotal

*IC - iniciação científica; IT - iniciação tecnológica;

**A - em andamento; C - concluído; D - paralisado; E - cancelado

7. PROGRAMAS E PROJETOS DE PESQUISA

Tipo *	Data de Aprovação	Título	Horas semanais	Subtotal
CD	01/10/2022	PVH1646-2022 - Concepções e práticas interseccionais de promoção Saúde Mental em povos e comunidades tradicionais no Ceará	5	10
CD	01/10/2022	PVH1685-2022 - Confecção de Bolsas da Comunidade: tecnologia social de inclusão produtiva de renda e de acesso a direitos sociais no Maciço de Baturité/CE	5	

*CD - coordenador; CL - colaborador

GRUPO III: ATIVIDADES DE EXTENSÃO

8. PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

Tipo *	Data de Aprovação	Título	Horas semanais	Subtotal
CD	03/01/2023	Infâncias reapoderadas 2023: oficinas socioeducativas para empoderamento de crianças em situação de pobreza da comunidade da Estrada Velha/Acarape	5	5

*CD - coordenador; CL - colaborador

GRUPO IV: FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS, ASSESSORIA E COMISSÕES

9. ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORIA SUPERIOR

Nº da Portaria	Data	Cargo ou função	Horas semanais	Subtotal
PORTARIA IH Nº 104	30/11/2021	Colegiado do BHU	2	2

GRUPO V: PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL E INOVAÇÃO**10. LIVROS E ARTIGOS PUBLICADOS**

Tipo*	Título	Pontuação

* Li - Livro; A1 - Artigo A1-B1; A2 - Artigo B2-B5

11. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Tipo*	Título	Pontuação

* EL – Apresentação em Evento local; ER - Apresentação em Evento Regional; EN – Apresentação em Evento Nacional; EI – Apresentação em Evento Internacional; PA – Palestra;

12. PRODUÇÃO CULTURAL

Descrição	Título	Pontuação

13. INOVAÇÃO

Descrição	Título	Pontuação	
CARGA HORÁRIA SEMANAL TOTAL:		40	horas



Documento assinado eletronicamente por **JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 21/07/2023, às 19:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0730863** e o código CRC **D9A82E52**.

Referência: Processo nº 23282.001249/2023-13

SEI nº 0730863

DECLARAÇÃO DE DISCIPLINAS MINISTRADAS

Declaramos para os devidos fins que o Docente JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR, Matrícula SIAPE de número 2277325, ministrou nesta instituição os seguintes componentes curriculares, em seus respectivos períodos letivos:

2015.2	Nível
EDUCAÇÃO E SOCIEDADE I - 40h	GRADUAÇÃO
EDUCAÇÃO E SOCIEDADE I - 40h	GRADUAÇÃO
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 40h	GRADUAÇÃO
2015.3	Nível
INSERÇÃO À VIDA UNIVERSITÁRIA - 40h	GRADUAÇÃO
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 40h	GRADUAÇÃO
PSICOLOGIA SOCIAL - 40h	GRADUAÇÃO
2016.1	Nível
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 40h	GRADUAÇÃO
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 40h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 40h	GRADUAÇÃO
2016.2	Nível
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60h	GRADUAÇÃO
2017.1	Nível
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 60h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60h	GRADUAÇÃO
2017.2	Nível
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 60h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA II - 8h	GRADUAÇÃO
2018.1	Nível
ESTÁGIO DOCENTE II - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 60h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60h	GRADUAÇÃO
2018.2	Nível
ESTUDOS ORIENTADOS II - 15h	PÓS-GRADUAÇÃO
ESTÁGIO DOCENTE I - 60h	PÓS-GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60h	GRADUAÇÃO
2019.1	Nível
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60h	GRADUAÇÃO
2019.2	Nível
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 60h	GRADUAÇÃO
2020.2	Nível
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 5h	GRADUAÇÃO
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 20h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 20h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA II - 20h	GRADUAÇÃO
2021.1	Nível
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 16h	GRADUAÇÃO
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 16h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 16h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 16h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA II - 16h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA II - 16h	GRADUAÇÃO
TÓPICOS ESPECIAIS EM HUMANIDADES II - 30h	GRADUAÇÃO
2021.2	Nível
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 45h	GRADUAÇÃO
INSERÇÃO NA VIDA UNIVERSITÁRIA - 15h	GRADUAÇÃO
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 60h	GRADUAÇÃO

2022.1	Nível
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 60h	GRADUAÇÃO
SOCIEDADES, DIFERENÇAS E DIREITOS HUMANOS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 60h	GRADUAÇÃO
2022.2	Nível
IDENTIDADE E PODER - 60h	GRADUAÇÃO
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 60h	GRADUAÇÃO

Redenção, 21 de Julho de 2023

Código de Verificação:
a6474ff622

Para verificar a autenticidade deste documento acesse http://sigaa.unilab.edu.br/sigaa/public/autenticidade/tipo_documento.jsf, informando a Matrícula do SIAPE, data de emissão do documento e o código de verificação.

SIGAA | Diretoria de Tecnologia da Informação - - | Copyright © 2006-2023 - UNILAB - sigaa1.sigaa1

 Visualizar Arquivo  Visualizar Plano de Trabalho  Visualizar Ação Vinculada

DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO

DADOS GERAIS

Código: PJ006-2023

Título: Infâncias reapoderadas 2023: oficinas socioeducativas para empoderamento de crianças em situação de pobreza da comunidade da Estrada Velha/Acarape

Categoria: PROJETO **Abrangência:** Local

Ano: 2023 **Período:** 02/01/2023 a 31/12/2023

Unidade Proponente: INSTITUTO DE HUMANIDADES / UNILAB

Unidade Orçamentária:

Outras Unidades Envolvidas: . COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACH. EM HUMANIDADES - LIBERDADE / UNILAB

Área Principal: Educação

Nº Bolsas Solicitadas: 1 **Nº Bolsas Concedidas:** 1

Tipo de Cadastro: SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA **Convênio:** NÃO

Público Alvo Interno: Estudantes universitários dos cursos da unilab **Público Alvo Externo:** Crianças entre 4 a 12 anos em situação de pobreza da comunidade Estrada Velha em Acarape

Público Estimado Externo: 60 pessoas **Público Estimado Interno:** 40 pessoas

Público Real Atingido: Não informado 

Grupo Permanente de Arte e Cultura: NÃO

Fonte de Financiamento: FINANCIAMENTO INTERNO (PIBEAC 2023 - Eixo 1 - Ampla Concorrência) **Renovação:** NÃO

Faz parte de Programa de Extensão? NÃO 

Situação: EM EXECUÇÃO

MUNICÍPIO REALIZAÇÃO

Estado	Município	Bairro	Espaço Realização
Ceará	Acarape	Estrada Velha	Residência da Senhora Solange Souza, Moradora da Comunidade, Rua da Paz, S/N, Comunidade da Estrada Velha, Acarape

DETALHES DA AÇÃO

Resumo:

Atuamos na comunidade da Estrada Velha em Acarape/CE desde 2017. Esta comunidade é marca-da pela pobreza, descaso público, estigma e violência perpetrada pela polícia e pelo tráfico de drogas. Nesse contexto, as crianças podem ter seu desenvolvimento afetado pelas várias violações. Assim, em uma pesquisa participativa iniciada em 2017, os adultos da comunidade têm apontado anualmente que as crianças devem continuar sendo o público prioritário das ações de extensão. Este projeto de extensão objetiva promover o fortalecimento das crianças em situação de pobreza na comunidade da Estrada Velha em Acarape através de oficinas socioeducativas. Para as/os extensionistas, desenvolveremos o objetivo de desenvolver habilidades para facilitação de grupos com crianças em situação de pobreza. Assim, realizaremos supervisões semanais de extensionistas do projeto para planejar as atividades. Serão realizadas oficinas semanais com 60 crianças da comunidade com atividades socioeducativas de caráter interdisciplinar em uma perspectiva afrocentrica. Igualmente, serão realizadas Visitas domiciliares para fortalecimento da vinculação com as participantes do grupo e Caminhadas comunitárias com as famílias e crianças que participam das oficinas realizadas com foco na integração comunitária. Além disso, para a equipe de extensão, serão organizados momentos de formação com Capacitações e Seminários de Troca de saberes.

Justificativa:

Compreendemos que a universidade pública tem o compromisso de atuar combater as iniquidades presentes no território onde está localizada (CENCI; FAVERO, 2009). A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) tem o objetivo de auxiliar no desenvolvimento do Maciço de Baturité em ações voltadas para o desenvolvimento social e cultural da região, diminuindo as desigualdades presentes em uma perspectiva afrocentrica. Portanto, entendemos que a comunidade da Estrada Velha com elevados índices de pobreza, violência, estigmatização e racismo como prioritária. Esta comunidade se situa no município de Acarape entre os campuses dos Palmares e o Campos das Auroras, sendo um espaço onde nossa atuação, enquanto universidade, é considerada necessária pelos próprios moradores/as e crianças da comunidade a partir de uma pesquisa da Pesquisa Ação Participante. Em abril de 2017, um grupo de extensionistas voluntários da Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (REAPODERE) passou a realizar um processo chamado de mapeamento de demandas da comunidade, sem qualquer tipo de financiamento. Esse mapeamento representa um processo de inserção comunitária, identificando potencialidades e dificuldades presentes no território a partir da compreensão das próprias moradoras e moradores da comunidade (LIMA; BOMFIM, 2012). No ano de 2018, foi desenvolvido o projeto de extensão "Reapoderar-se: processos de empoderamento a partir de intervenções comunitária com mulheres da comunidade da Estrada Velha/Acarape" vinculado ao Programa de Bolsas Programa de Bolsas de Extensão, Arte

e Cultura – PIBEAC da UNILAB. Este projeto foi considerado prioritário pelos/as moradores/as naquele momento. Ele foi realizado com as mulheres da comunidade com foco na inclusão produtiva sem nenhuma bolsa para financiamento da ação. No ano de 2019, as moradoras apontaram que as atividades deveriam ser organizadas com as crianças da comunidade, porque elas sofrem diariamente as consequências do racismo, da violência policial e do tráfico perpetrado contra seus pais e responsáveis e da realidade de pobreza. Nesse sentido, as crianças precisam se sentir em-poderadas para enfrentamento dessa realidade de opressão. Então, um novo projeto chamado "Infâncias reapoderadas: oficinas socioeducativas para empoderamento de crianças em situação de pobreza da comunidade da Estrada Velha/Acarape" foi criado com foco nas crianças, mas novamente este projeto não teve financiamento da universidade. Entre 2020 e 2022, o projeto foi finalmente contemplado com uma bolsa do edital de extensão para ampla concorrência. O atual projeto é uma continuação da atividade desenvolvida. É interessante observar que alguns moradores e moradoras relatam uma sensação de insegurança, mas outros e outras afirmam ser um local tranquilo para viver. No entanto, identificamos um discurso comum entre as mulheres: de solidão, de desesperança com o futuro e de dificuldade de cuidado adequado com os filhos e filhas. Percebemos que as condições de pobreza enfrentadas por estas famílias afetam diretamente o desenvolvimento psicossocial das crianças. Há carência de atividades voltadas para as crianças no contexto comunitário, como também distanciamento de ações das políticas públicas nestes territórios. Assim, a partir das vivências que tivemos, sentiu-se a necessidade de promover oficinas de empoderamento das crianças a partir de oficinas socioeducativas com caráter afrocentrico e interdisciplinar, reconhecendo a relevância de trabalhar junto as crianças a autonomia, os direitos humanos, o acesso a direitos sociais, o brincar, as relações de gênero e raciais, a identidade e as questões comunitárias vivenciadas. Dessa maneira, planejamos a realização deste projeto de extensão como uma demanda real e concreta de comunidade principalmente das moradoras. As crianças também foram igualmente consultadas sobre a realização deste projeto de extensão nos anos anteriores (2019 a 2022) com foco na avaliação e no aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas. Com isso, tivemos um retorno positivo tanto das moradoras, como das/os crianças participantes no desenvolvimento das oficinas socioeducativas. A situação de pobreza tem um impacto ainda mais forte nas relações sociais das crianças, tendo impacto em seu desenvolvimento. É necessário criar estratégias de apoio e de empoderamento da resistência junto a estas crianças para a construção de formas de vida mais dignas. Desse modo, entendemos que isso se dá com diálogo, cooperação e respeito na construção conjunta de encontros semanais em que iremos tratar sobre temas que são importantes para elas a partir dos seus desejos de forma interdisciplinar e afrocentrada. Com alinhamento de saberes, iremos construir propostas baseadas na construção de uma cultura de paz, defesa dos direitos humanos e no fortalecimento comunitário e popular com foco no desenvolvimento familiar mais ético e humano.

Fundamentação Teórica:

Esse projeto de extensão tem uma perspectiva de construção de uma ação situada a partir das necessidades das famílias e das crianças da Estrada Velha em Acarape, Ceará. Consideramos que a situação de pobreza sintetiza a realidade da comunidade da Estrada Velha/Acarape. Este fenômeno da pobreza está presente no cotidiano contemporâneo e histórico no Brasil. De acordo com Sprandel (2004), o desenvolvimento do Brasil é marcado por uma forte concentração de renda, repercutindo uma alta desigualdade social e uma taxa alta de extrema de pobreza. Segundo Crespo e Gurovitz (2000), a pobreza geralmente é concebida levando em conta somente os aspectos monetários de privação de renda. No entanto, essa versão é limitada, pois a pobreza deve ser entendida de maneira multidimensional, levando em conta aspectos culturais, sociais e simbólicos (MOURA JR.; CIDADE; XIMENES; SARRIERA, 2014). De acordo com Sen (2000), o desenvolvimento de um povo somente é possível através da garantia de sua capacidade de exercer sua liberdade, trazendo a pobreza como uma das formas de privação da liberdade humana. Reduzir o conceito de pobreza a simples definições de renda impede uma reflexão mais aprofundada dos problemas sociais existentes e vinculados a essa condição de vida. Entretanto, na esfera da sociedade brasileira com traços coloniais ainda fortemente marcados, compreende-se a pobreza, o racismo estrutural e a perspectiva adultocentrica como estratégias de dominação do povo, o que contribui para a perpetuação de redes ideológicas de submissão e manutenção da realidade social (CIDADE; MOURA JR.; XIMENES, 2012). Partindo para a práxis, Narayan (2000) saiu do campo de estudo teórico e buscou formular considerações sobre pobreza a partir de quem se encontra nesta situação. Abriu espaços para visibilidade dessas vozes marginalizadas. Portanto, é necessário entender a situação da pobreza a partir de considerações que venham de pessoas que estejam nessas condições, porém os processos de estigmatização da pobreza geralmente são silenciadores. Uma das principais causas dos efeitos nocivos da pobreza é sua perspectiva estigmatizada. No Brasil, há o desenvolvimento histórico de um processo de reconhecimento depreciativo das pessoas que estão nessa situação de forma interseccional, culpabilizando-se unicamente pela sua situação social (XIMENES, CIDADE, SILVA, 2019). Há, assim, uma série de papéis sociais no imaginário coletivo que concebem as pessoas em situação de pobreza como violentas, sujas, preguiçosas e culpadas pela sua situação (MOURA JR.; XIMENES, 2016). Portanto, há um conjunto de representações sociais que enfraquecem, estigmatizam e limitam as possibilidades identitárias das pessoas imersas nessa situação. Esse ciclo opressor torna-se ainda mais intenso e cruel quando se agrega outras formas de opressão vinculadas à geração, como as das crianças da Estrada Velha em Acarape. A interseccionalidade auxilia-nos a entender essas formas de violação agregadas que fazem parte do nosso cotidiano. Uma compreensão interseccional na discussão sobre pobreza é concebê-la com especificidades relacionadas à geração (CRENSHAW, 2002). Dessa maneira, é necessário utilizar um prisma de análise e de ação a partir das violações ocorridas por conta dos diferentes marcadores sociais que uma pessoa ou grupo pode portar. Nesse sentido, este projeto de extensão vai atuar com as seccionalidades vinculadas à geração, a raça e classe social por conta de estarem situadas e serem concebidas com centrais na dinâmica comunitária da Comunidade da Estrada Velha. É importante entender a interseccionalidades como uma experiência específica de violação e de resistência a partir da articulação de diversos marcadores em uma matriz identitária (KERNER, 2012). Esse prisma de análise surgiu a partir da luta das ativistas negras que denunciavam a invisibilidade da interseccção das questões de gênero e racial nos próprios movimentos feminista e de luta dos direitos humanos (CRENSHAW, 2002). Henning (2015) concebe que a análise interseccional deve ser feita a partir da experiência dos indivíduos inseridos nos fenômenos de opressão, não devendo ser considerada como uma soma de marcadores ou violências, mas com um viés específico e singular. Além disso, há problemas concretos que fazem parte da realidade dessas crianças. Um dos fatos chocantes que nos deparamos em uma das idas à comunidade da Estrada Velha foi identificar crianças que não tinham o que comer em seu dia a dia, pois a falta de recursos financeiros não chegava ao seu ideal. Assim, para realizar alguma refeição teriam que se deslocar para comunidades vizinhas para solicitar alimento. Há uma forte presença também do Programa Bolsa Família como o único meio de sustento de algumas famílias da comunidade (Diário de Campo, DC, 19/08/17). É importante lembrar que o benefício não ultrapassa o valor de R\$ 336. Essas situações vinculam-se uma perspectiva monetária da pobreza, mas não podemos situá-la somente em relação à renda per capita. Há uma série de fatores que constituem esse fenômeno que deve ser entendido como um estado de privação de liberdade nos diversos âmbitos da vida, como na saúde, educação, moradia, segurança, cultura, lazer, entre outros (SEN, 2000). Segundo Silva (2010) e Yazbeck (2005), a pobreza faz parte estruturante do modo de produção capitalista, constituindo uma sociedade injusta e reprodutora de desigualdade social com manutenção desse fenômeno. Segundo Yazbek (2005), a pobreza não se resume nas carências de bens, mas como também de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e esperanças. "Pensar que pobre é aquele que não possui renda para consumir é uma simplificação que esconde a realidade de limitação de realização emocional e pessoal, que vai além da mera insuficiência de renda." (SOUZA, 2013, p.20) Portanto, é realidade enfrentada por uma parcela significativa da população brasileira, mas que as crianças podem ser atingidas de forma específica por esse contexto. Além disso, o racismo cotidiano torna-se também presente na realidade das crianças quando são estigmatizadas na escola, pela violência da polícia que agride suas famílias e pelo amedrontamento do tráfico de drogas presentes no território. Assim, o fenômeno da pobreza deve ser concebido de forma interseccional, pois as crianças nessa situação possuem os marcadores classe, raça e geração em interseccção. Por exemplo, interseccionalizando a classe, geração e gênero na vivência das crianças da Estrada Velha, há a ocorrência de situações estressoras nas relações entre mãe e filha/o na comunidade, pois as famílias são geralmente extensas, possuindo várias pessoas para essa mulher educar, alimentar, afastar do perigo da criminalidade e das doenças que acontecem com o contato as ruas. É importante salientar que na maioria das famílias os maridos são ausentes por diversos fatores, como abandono, empregos em outras cidades e morte pelo tráfico de drogas. Ceconello e Koller (2000) ressaltam um pouco desse momento de conflitos quando comenta que "a miséria econômica oriunda de fatores políticos e sociais que operam num nível

macrossistêmico ecológico podem afetar o desenvolvimento da criança quando conduz à miséria afetiva.” (CECCONELLO; KOLLER, 2000, p.73). Podemos identificar mais detalhadamente como a situação de pobreza pode ter impactos na vida das crianças. “A idade em que a criança vivencia a pobreza também parece influenciar o desenvolvimento infantil. Se a pobreza ocorrer na infância tende a levar a repercussões no desempenho cognitivo” (PAIVA, 2009, p.27). Segundo Martí (2004), ao considerarmos crianças em uma faixa etária de 6 aos 12 anos, temos a dimensão que nessa idade elas já possuem uma atenção e cognição mais avançada, capaz de resolver assuntos complexos com mais aprofundamento, o que é diferente das fases anteriores. Assim, as crianças com essa idade já estão iniciando seu processo escolar, pois é partir dessa etapa que se tem uma nova forma de pensar, em uma maneira mais lógica e mais estratégica. Concebemos que as crianças na Estrada Velha possuem essas habilidades, pois nos ajudaram de forma colaborativa e central na organização do I Natal da Família Estrada Velha (Diário de Campo, 20/12/2018). “São capazes de acompanhar a conversação entre os pais e ao mesmo tempo vigiar seus irmãos pequenos e não se esquecer de que têm de acabarem os deveres antes de irem para a cama. Podem prever melhor qual será a reação de um amigo diante de uma brincadeira de mau gosto, imaginando diferentes possibilidades segundo as reações anteriores, o jeito de ser do amigo, suas preferências e outros fatores que acharem pertinentes” (MARTÍ, 2004, p.234). Compreendemos que apesar das possíveis privações, há fortes relações de apoio entre as moradoras no cuidado das crianças da comunidade. Paiva (2009) traz que a resistência em comunidade em situação de pobreza pode ser representada “como o suporte social de parentes e membros da comunidade em situações adversas, controlando e monitorando o comportamento uns dos outros para a manutenção de padrões sociais.” (PAIVA, 2009, p.27). Assim, observamos que as mães cuidam de seus filhos e suas filhas, mas também das crianças de suas vizinhas (DC 15/06/17). Portanto, podemos perceber em Sarriera et al (2016) que as relações com a família, com pares, adultos, vizinhos e vizinhas, espaços escolares e comunitário agem como promotores de apoio e cooperação. Eles podem trazer um aspecto positivo na construção da subjetividade e do bem-estar pessoal. Essas relações integrativas podem diminuir o estresse das crianças, além de ser um importante meio de orientação dos perigos existentes no mundo. “Crianças socialmente competentes são hábeis para entender as normas sociais, para a interação com pares e adultos, e hábeis para regular suas emoções, especialmente, as emoções negativas.” (CECCONELLO E KOLLER, 2000, p.75). Martí (2004) menciona que a criança já tem uma organização dos pensamentos. Isso permite com que ela aprenda não só com seus pais como também no espaço onde decide socializar. Assim, a experiência que a criança possui pode contribuir com que ela aprenda, seja com números de repetição e/ou observação feita por elas. De acordo com Cidade, Silva e Ximenes (2016), as maneiras de educação formais e informais são válidas no enfrentamento das condições de privações em que a criança pode vivenciar, pois as pessoas em situação de pobreza desenvolvem diversas estratégias para sobreviverem perante esse contato adverso. Portanto, as crianças inseridas nessa dinâmica também podem aprender mais que outras crianças inseridas em condições mais adequadas. Observamos que as crianças da comunidade desenvolvem uma série de estratégias lúdicas para lidar com a realidade de privação. Elas criam as próprias brincadeiras, como também organizam diversos passos sincronizados de dança, sendo o funk a principal gênero musical cantado e dançado na Estrada Velha (DC, 12/10/19). Então, podemos e devermos confiar em suas falas e avaliações sobre a realidade, demonstrando capacidades estratégicas de elaborar técnicas de memorização e recuperação dessas memórias sobre determinados fatos. É importante trazer essas considerações, porque geralmente às atividades voltadas para crianças seguem uma lógica adultocêntrica em que são reconhecidas como seres humanos ainda não desenvolvidos em sua plenitude, não levando em conta suas opiniões, desejos e sentimentos (MONTERRAT; CASAS; MOURA JR., 2015). Vale ressaltar que Martí (2004) compreende que as crianças têm conhecimento do mundo externo a ela, como a escola, família e comunidade. Moura Jr., Rebouças Júnior, Alencar, Oliveira, Pinho, Ximenes e Gadelha (2014) indicam que, para atuação em uma realidade de vulnerabilidade e de pobreza, a busca por atuações conjuntas com as moradoras e os moradores das comunidades é primordial para efetivação de processos de empoderamento e de uma mudança transformadora no nível local junto com as crianças da comunidade. A atuação comunitária latino-americana baseada no paradigma da libertação é apontada como adequada para a construção de processos de emancipação (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009). A partir da ética da libertação, assumimos o compromisso de desvelar as relações de dominação e atuar junto à população oprimida no fomento de processos de mudança social (GOES; XIMENES; MOURA JR., 2015). Ou seja, iremos atuar conjuntamente com crianças sem situação de pobreza da comunidade da Estrada Velha com foco no fomento de atitudes cooperativas e de respeito de si. De acordo com Oliveira, Dantas, Solon e Amorim (2011), a atuação comunitária interdisciplinar fornece possibilidades reais de empoderamento, emancipação, conscientização e mobilização dos indivíduos, devendo ter cunho coletivo e político no tocante ao compromisso com a transformação da realidade. Como forma de estabelecimento dessas atuações, deve ser foco da atuação o desenvolvimento de oficinas socioeducativas enquanto um processo de empoderamento e de emancipação do indivíduo, pois as crianças estão inseridas em processos de enfraquecimento de suas potencialidades que devem ser superados. A criança deve ser concebida como central no processo de trabalho, devendo ser reconhecido como sujeito de direitos e portador de potencialidades (SAADALLAH, 2014). Com os processos de empoderamento, essas crianças podem passar a questionar as relações de poder e de desigualdade com uma perspectiva mais cooperativa. Igualmente, elas podem assumir um maior controle sobre suas vidas e seus contextos de forma mais autônoma, podendo gerar inclusive processos de questionamento da realidade e de um maior respeito de si (MONTERO, 2006).

Metodologia:

O método do projeto terá como base atividades em que diferentes formas de conhecimento – saber acadêmico e saber popular – possam estar vinculados com a realidade a partir da práxis de forma interdisciplinar. Esta é compreendida como a união entre teoria e prática em processos de reconhecimento da população oprimida inserida em condição de pobreza (FREIRE, 1979) e submersa em processos históricos de desigualdade sociais e raciais (XIMENES; CIDADE; SILVA, 2019). A práxis libertadora busca, então, fortalecer a identidade e o potencial de desenvolvimento da população pobre no Brasil por meio de metodologias participativas com foco na Pesquisa Ação Participante (MOURA JR. et al, 2014), integrando de pesquisa, ensino e extensão. A perspectiva interseccional de Crenshaw (2005) foca na construção de prismas de ação voltadas para intersecção de marcadores, ou seja, pobreza, raça e geração. Assim, foi realizado um processo de mapeamento das demandas, sendo identificado a realização de oficinas socioeducativas com foco no empoderamento das crianças da Estrada Velha como prioridade. A metodologia utilizada na realização de oficinas foi a perspectiva socioeducativa montessoriana com as seguintes temáticas: cidadania, direitos humanos, direitos das crianças, identidade, o brincar, gênero, raça, geração, meio ambiente, dentre outros. Esses temas foram pensados em conjunto com as crianças e suas famílias. Serão utilizados como base para fomentar atitudes de respeito e de cooperação entre as crianças participantes do grupo. Essas oficinas também serão desenvolvidas com uma perspectiva afrocêntrica, horizontalizada, com foco no diálogo de saberes e na ludicidade. “Nesse sentido, as brincadeiras são de suma importância para o desenvolvimento da chamada motricidade, do raciocínio por meio do faz-de-conta.” (BUENO, 2010, p.21). Dessa maneira, entende-se que a oficina é construída com características mais operativas, em que serão tratadas temáticas específicas em cada dia dos encontros planejados. Com base na Pesquisa Ação Participante, haverá a constante problematização da realidade de forma afetiva e acolhedora utilizando o método freiriano (WATKINS, CIOFALO, JAMES, 2018). Elas terão duração de 2 horas a cada semana e terão previsão de serem realizadas 45 oficinas na própria Estrada Velha em Acarape na casa de uma das moradoras da comunidade. As temáticas e as oficinas serão desenvolvidas de maneira cooperativa, na qual as participantes auxiliarão no desenvolvimento das atividades. Ocorrerá também um processo de avaliação constante como um processo de aperfeiçoamento das atividades sendo pressuposto na Pesquisa Ação Participante (GÓIS, 2005) Dessa maneira, conjuntamente com as oficinas serão realizadas caminhadas comunitárias em que, segundo Ximenes, Cidade e Silva (2019), os/as extensionistas caminharão junto com as crianças para conhecer a realidade da comunidade. Igualmente, com essas caminhadas, também serão realizadas visitas domiciliares para apresentar as atividades desenvolvidas nas oficinas aos pais, mães e responsáveis pelas crianças participantes. Freire (1979) menciona que é necessário abertura e valorização da realidade social e da vida das pessoas que se estão em contato para existir o diálogo. Como a consciência é constituída de aspectos semióticos, entende-se o diálogo como o meio possível para o aprofundamento de consciência. Assim, “a extensão universitária possibilita o engajamento na vida social da comunidade. Ao se deparar com a realidade multifacetada, urge as oportunidades de intervenção e trabalho educativo da extensão como prática para a transformação social” (SUGAHARA, 2012, p.165). Pontuamos que as atividades serão realizadas na intenção de empoderar as crianças, fortalecer os vínculos e fazer com que haja um

aprendizado processual como foco no respeito e na cooperação a partir da intersecção classe, raça e geração. Assim, as crianças serão incentivadas a refletirem sobre o aprendizado adquirido, com a finalidade de fazer com que elas extraiam o "porquê" e o "para que" das atividades em exercício com foco em uma perspectiva afrocentrada da realidade. A sistematização das impressões e dados coletados pelas e pelos extensionistas durante a atuação irá ocorrer através da produção de diários de campo e das anotações que serão feitas no decorrer do processo de intervenção do Projeto (ANGROSINO, 2009; MONTERO, 2006). Como forma de avaliação e reflexão acerca das atividades desenvolvidas em campo, acontecerão reuniões de supervisão semanais, nesse momento a equipe terá a oportunidade de apresentar suas percepções em relação ao contexto comunitário, planejar as ações que serão realizadas nas idas a campo e procurar potencializar a atuação por meio das contribuições do supervisor, que é o coordenador do projeto. Além disso, ocorrerá grupos de estudos para aprofundar questões teóricas importantes para o desenvolvimento do projeto de extensão, como também capacitação e seminários.

Referências:

ANGROSINO, M. Etnografia e Observação Participante. Porto Alegre: Artmed, 2009. BRASIL. Orientações Técnicas Sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) – Volume 1. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. CECCONNELLO, A. M.; KOLLER, H. S. Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. Rev. Estudo de Psicologia, n. 5, pp. 71 – 93, 2000. CENCI, Angelo Vitório; FÁVERO, Altair Alberto. Notas sobre o papel da formação humanística na universidade. Revista Pragmática Filosófica, v. 3, n. 1, pp. 198-210, 2009. CIDADE, E. C.; MOURA, J. F., JR.; XIMENES, V. M. Implicações psicológicas da vida em condições de pobreza para o povo latino-americano. Psicologia & Argumento, v. 30, n. 68, pp. 87-98, 2012. CIDADE, E. C.; SILVA, A. M. S.; XIMENES, V. M. Pobreza e juventude: implicações psicossociais, modos de vida e enfiletamento às diversidades cotidianas. In: XIMENES, V. M.; XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F. (orgs). Implicações psicossociais da pobreza: diversidade e resistências. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, pp. 311 – 336. CRENSHAW, Kimberl. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a genero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como fenômeno multidimensional. RAE-Eletrônica, v. 1, n. 2, pp. 1-12, 2000. DUSSEL, H. Ética da Libertação na idade da globalização e exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000. FALS BORDA, Orlando. Acción y espacio: autonomias em la nueva Republica. Bogotá: IEPRI – Univ. Nacional / Tercer Mundo, 2000. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. GOES, N. A., XIMENES, V. M. & MOURA JR., J. F. Relações da Psicologia Comunitária com as matrizes libertadoras a partir da dialética dominação-opressão. Teoria y Crítica de la Psicología, v. 6, p. 140-161, 2015. GÓIS, C.W.L. Psicologia Comunitária: atividade e consciência. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005. hooks, bell. Teaching community: A pedagogy of hope. Vol. 36. Psychology Press, 2003. HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Mediações, v. 20, n. 2, p. 97, 2015. KERNER, I. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. Novos Estudos, n. 93, p. 45-58, 2012. LILLARD, P. P. Método Montessori: uma introdução para pais e professores. Barueri: Manole, 2017. LIMA, D. M. A.; BOMFIM, Z. A. C. Mapeamento psicossocial participativo: Metodologia de facilitação comunitária. Psicologia Argumento (PUCPR. Online), v. 30, pp. 679-689, 2012. MARTÍ, E. Processos cognitivos básicos e desenvolvimento intelectual. In: COLL, C; MARCHESI, A; PALACIOS, J (orgs). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artmed, 2004, pp. 233 – 251. MONTERO, M. Hacer para transformar: El método en Psicología Comunitaria. Paidós: Buenos Aires, 2006. MONTSERRAT, CARME; CASAS, FERRAN; MOURA JR, JAMES FERREIRA. Children's Subjective Well-Being in Disadvantaged Situations. IN: FERNANDEZ, E. et al. (eds.), Theoretical and Empirical Insights into Child and Family Poverty, Children's Well-Being: Indicators and Research 10. Suécia: Springer, 2015. MOURA JR., J. F.; CIDADE, E. C.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. Temas em Psicologia, v. 22, n. 2, pp. 341-352, 2014. MOURA JR., J. F., REBOUÇAS JÚNIOR, F. G., ALENCAR, A. B., OLIVEIRA, A. K. S. P., PINHO, A. M.M., XIMENES, V. M., & GADELHA, A. K. S. (2014). Intervención comunitaria con mujeres a partir de la actuación en Red en Psicología Comunitaria: Una experiencia en una comunidad en Brasil. Psicoperspectivas, v. 13, n. 2, p. 133-143, 2014. NARAYAN, D. Voices of the poor – Can anyone hear us? Washington, DC: The World Bank, 2000. NOFFKE, L.; ROBERTS, L. Pesquisa de ação. IN: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy. Teoria e Métodos de Pesquisa Social. (pp. xx-xx) Petrópolis: Vozes, 2015. MONTERO, M. Hacer para transformar: El método en Psicología Comunitaria. Paidós: Buenos Aires, 2006. MOURA JR., James Ferreira; XIMENES, Verônica Morais. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. Fractal: Revista de Psicologia, v. 28, n. 1, p. 76-83, 2016. PAIVA, G. S. de. Desenvolvimento neuropsicomotor infantil: fatores determinantes na pobreza. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. OLIVEIRA, I. S.; DANTAS, C. M. B.; SOLON, A. F. A. C.; AMORIM, K. M. O. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. Psicologia & Sociedade, (n. spe.)23, p. 140-149, 2011.

Objetivos Gerais:

a) Geral - Promover o empoderamento de crianças em situação de pobreza da Estrada Velha em Acarape por meio de oficinas socioeducativas semanais; - Desenvolver habilidades para facilitação de grupos com crianças em situação de pobreza em estudantes extensionistas da UNILAB; Específicos - Facilitar processos de empoderamento das crianças participantes das oficinas; - Desenvolver relações baseadas no respeito nas oficinas socioeducativas; - Facilitar o processo de reconhecimento da rede de apoio familiar, comunitária e assistencial disponível as participantes as oficinas; - Capacitar extensionistas no desenvolvimento das oficinas socioeducativas com crianças em situação de pobreza;

Resultados Esperados

- 48 (vinte e oito) Supervisões semanais das atividades desenvolvidas; - 28 (vinte e oito) encontros para realização de Grupos de estudos quinzenais sobre pobreza, intervenção comunitárias, infância; - 45 (quarenta e cinco) oficinas socioeducativas com crianças da Estrada da Velha/Acapare; - 60 (sessenta) crianças participantes das oficinas com processos de empoderamento desenvolvido; - 60 (sessenta) crianças participantes das oficinas com relações de respeito desenvolvidas; - 1 (um) Mapeamento do reconhecimento da rede de apoio familiar, comunitária e assistencial disponível as participantes as oficinas; - 1 (um) extensionista capacitado no desenvolvimento da facilitação de oficinas socioeducativas com crianças em situação de pobreza; - 15 (quinze) caminhadas comunitárias com as famílias e crianças que participam das oficinas realizadas; - 15 (quinze) visitas domiciliares as famílias das crianças participantes das oficinas socioeducativas; - 1 (um) Seminários de Troca de saberes sobre extensões em comunidades em situação de pobreza; - 1 (uma) Capacitação sobre infâncias em situação de pobreza - 1 (uma) Capacitação sobre facilitação de grupos com crianças - 1 (uma) Submissão de um artigo científico sobre a intervenção desenvolvida;

CONTATO



Coordenação: JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR
E-mail: james.mourajr@unilab.edu.br
Telefone:

MEMBROS DA EQUIPE

Nome	Categoria	Função	Unidade	Início	Fim
JON ANDERSON MACHADO CAVALCANTE	DOCENTE	VICE-COORDENADOR (A)	IH	02/01/2023	31/12/2023
JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR	DOCENTE	ORIENTADOR (A)	IH	02/01/2023	31/12/2023
Carga Horária dedicada semanal coordenador		5			

OBJETIVOS/ATIVIDADES

Descrição da Atividade:	Período Realização:	Carga Horária:		
1. Acompanhamento das oficinas, visitas domiciliares e caminhadas comunitárias	02/01/2023 a 31/12/2023	4 h		
Participantes Relacionados:				
JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR - ORIENTADOR (A)		1 h		
JON ANDERSON MACHADO CAVALCANTE - VICE-COORDENADOR (A)		1 h		
Descrição da Atividade:	Período Realização:	Carga Horária:		
2. Orientar os extensionistas no desenvolvimento ações socioeducativas com as crianças participantes das oficinas na Estrada Velha;	02/01/2023 a 31/12/2023	2 h		
Participantes Relacionados:				
JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR - ORIENTADOR (A)		2 h		
JON ANDERSON MACHADO CAVALCANTE - VICE-COORDENADOR (A)		1 h		
PARTICIPANTES DA AÇÃO DE EXTENSÃO				
Clique aqui para visualizar os participantes desta ação de extensão				
DISCENTES COM PLANOS DE TRABALHO				
Nome	Vínculo	Situação	Início	Fim
2020100689 - ISADORA ENÉAS MAIA	BOLSISTA INTERNO	ATIVO	01/01/2023	31/12/2023
AÇÕES VINCULADAS AO(A) PROJETO				
Código - Título				Tipo
Não há ações vinculadas				
AÇÕES DAS QUAIS O(A) PROJETO FAZ PARTE				
Esta ação não faz parte de outros projetos ou programas de extensão				
OBJETIVOS / RESULTADOS ESPERADOS				
Objetivos	Quantitativos			
- Desenvolver habilidades para facilitação de grupos com crianças em situação de pobreza em estudantes extensionistas da UNILAB;	Qualitativos			
CRONOGRAMA				
Descrição das atividades desenvolvidas	Período			
Acompanhamento das oficinas, visitas domiciliares e caminhadas comunitárias	02/01/2023 a 31/12/2023			
Orientar os extensionistas no desenvolvimento ações socioeducativas com as crianças participantes das oficinas na Estrada Velha;	02/01/2023 a 31/12/2023			
ORÇAMENTO DETALHADO				
Descrição	Valor Unitário	Quant.	Valor Total	
MATERIAL DE CONSUMO				
Resma de Papel A4	R\$ 19,50	4.0	R\$ 78,00	
Folha de Cartolina	R\$ 0,50	100.0	R\$ 50,00	
Caixas de tinta guache	R\$ 5,00	30.0	R\$ 150,00	
SUB-TOTAL (MATERIAL DE CONSUMO)		134.0	R\$ 278,00	
Total:			R\$ 278,00	
CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO SOLICITADO				
Descrição	PROEX (Interno)	Outros (Externo)	Total Rubrica	
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 0,00	R\$ 278,00	R\$ 278,00	
Total:	R\$ 0,00	R\$ 278,00	R\$ 278,00	
ORÇAMENTO APROVADO				
Descrição	PROEX (Interno)			
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 0,00			
Total:	R\$ 0,00			
ARQUIVOS				
Descrição Arquivo				
Projeto de Extensao Infancias Reapoderadas 2023				
Documento de confirmação de Magistério do Ensino Superior UNILAB				
LISTA DE FOTOS				
Foto	Descrição			
	Oficina de tranças			

Foto	Descrição
	Oficina de tranças 2
	Oficina com crianças

LISTA DE DEPARTAMENTOS ENVOLVIDOS NA AUTORIZAÇÃO DA PROPOSTA

Autorização	Tipo	Data/Hora Análise	Data da Reunião	Autorizado
INSTITUTO DE HUMANIDADES	AD-REFERENDUM	03/11/2022 15:13:04	-	SIM

MINI ATIVIDADES

Título	Tipo	Data de Início	Data de Término	Local	Horário
--------	------	----------------	-----------------	-------	---------

HISTÓRICO DA AÇÃO

Data/Hora	Situação
10/10/2022 16:07:36	CADASTRO EM ANDAMENTO
10/10/2022 21:37:59	SUBMETIDO
03/11/2022 15:13:05	SUBMETIDA
08/11/2022 21:02:10	AGUARDANDO AVALIAÇÃO
03/01/2023 22:35:32	APROVADO COM RECURSOS
05/01/2023 10:03:54	PROJETO_BASE_COORDENACAO_ACEITOU_EXECUCAO
05/01/2023 10:03:55	EM EXECUÇÃO

Portal do Docente

SIGAA | Diretoria de Tecnologia da Informação - - | Copyright © 2006-2023 - UNILAB - sigaa1.sigaa1 - v3.22.20

DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÕES MINISTRADAS

Declaramos para os devidos fins que o Docente JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR, Matrícula SIAPE de número 2277325, orientou as seguintes atividades:

Período	Atividade	Docente	Status	Nível
2015.2	BHU1036 - TCC I	ANA CRISTINA PINTO DE ALENCAR	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	AMANDA SILVA DE SOUZA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	DAGILA DA SILVA NASCIMENTO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	VALERIA OLIVEIRA DE SOUSA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	MARIA JARDELE DA SILVA QUEIRÓZ	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	JOSÉ RUBENS DA SILVA SOUSA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	MAELYNNE STEVIA DA SILVA BESERRA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	ANA CRISTINA PINTO DE ALENCAR	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	FRANCISCA ERIKA DA SILVA ALVES	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	LIVYA APARECIDA SILVA BOMFIM	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	MARICLEIDE CRUZ LIMA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	JULIANA DE SOUSA ALENCAR	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	MARIA HIRLA CORDEIRO LIMA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	JOSÉ RUBENS DA SILVA SOUSA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	MAELYNNE STEVIA DA SILVA BESERRA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	DAGILA DA SILVA NASCIMENTO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	FRANCISCA ERIKA DA SILVA ALVES	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	VALERIA OLIVEIRA DE SOUSA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	ANTONIO RAFAEL SILVA OLIVEIRA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1037 - TCC II	ANA CRISTINA PINTO DE ALENCAR	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	MARIA JARDELE DA SILVA QUEIRÓZ	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1037 - TCC II	JULIANA DE SOUSA ALENCAR	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1037 - TCC II	MARIA HIRLA CORDEIRO LIMA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1037 - TCC II	FRANCISCA ERIKA DA SILVA ALVES	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1037 - TCC II	DAGILA DA SILVA NASCIMENTO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1036 - TCC I	FRANCISCO GABRIEL SILVEIRA FERREIRA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1037 - TCC II	MARIA JARDELE DA SILVA QUEIRÓZ	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1037 - TCC II	VALERIA OLIVEIRA DE SOUSA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1036 - TCC I	MARIA MARILIA RODRIGUES DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1037 - TCC II	FRANCISCO GABRIEL SILVEIRA FERREIRA	APROVADO	GRADUAÇÃO

Período	Atividade	Docente	Status	Nível
2017.1	BHU1036 - TCC I	ARACELY ALBUQUERQUE VICENTE	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1037 - TCC II	MAELYNNE STEVIA DA SILVA BESERRA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1037 - TCC II	ANTONIO RAFAEL SILVA OLIVEIRA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1036 - TCC I	ANTONIO ANDSON DO NASCIMENTO MELO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1037 - TCC II	MARICLEIDE CRUZ LIMA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1036 - TCC I	ADRIANA MONTEIRO DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1036 - TCC I	ANA RUTE DE OLIVEIRA AQUINO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.2	BHU1036 - TCC I	ANA ALICE MACIEL CAMELO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.2	BHU1037 - TCC II	ANA RUTE DE OLIVEIRA AQUINO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.2	BHU1037 - TCC II	ADRIANA MONTEIRO DA SILVA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2017.2	BHU1036 - TCC I	BANUMA ALBERTO CAETANO PINTO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.2	BHU1037 - TCC II	ARACELY ALBUQUERQUE VICENTE	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2017.2	BHU1036 - TCC I	DARIO GOMES DE CASTRO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.2	BHU1037 - TCC II	MARIA MARILIA RODRIGUES DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.1	BHU1037 - TCC II	DARIO GOMES DE CASTRO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.1	BHU1036 - TCC I	PAULO ROBERTO DA COSTA DE SOUSA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.1	BHU1036 - TCC I	RODRIGO PESSOA DA SILVA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2018.1	BHU1037 - TCC II	ANA ALICE MACIEL CAMELO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.1	BHU1037 - TCC II	BANUMA ALBERTO CAETANO PINTO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.2	BHU1036 - TCC I	VERÓNICA JOSÉ DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.2	BHU1036 - TCC I	GABRIELLE MARIA OLIVEIRA NASCIMENTO	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2018.2	BHU1036 - TCC I	MARIA SÁJILA DE OLIVEIRA ARAÚJO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.2	BHU1036 - TCC I	ANA KERCIA MENDES LIMA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.2	BHU1036 - TCC I	MAINA VIRGINIA INÁCIO GUAMBE	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.2	BHU1036 - TCC I	UMARO SEIDI	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.2	BHU1036 - TCC I	MIKAELE DA SILVA COSTA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.1	BHU1058 - TCC III	MAINA VIRGINIA INÁCIO GUAMBE	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.1	BHU1058 - TCC III	VERÓNICA JOSÉ DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.1	BHU1058 - TCC III	UMARO SEIDI	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.1	BHU1058 - TCC III	ADRIANA MONTEIRO DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.1	BHU1058 - TCC III	MIKAELE DA SILVA COSTA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.1	BHU1058 - TCC III	PAULO ROBERTO DA COSTA DE SOUSA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2019.1	BHU1037 - TCC II	VERÓNICA JOSÉ DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.2	BHU1058 - TCC III	ANA KERCIA MENDES LIMA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2019.2	BHU1058 - TCC III	PAULO ROBERTO DA COSTA DE SOUSA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2019.2	BHU1058 - TCC III	ISADORA ENÉAS MAIA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2020.1	BHU1058 - TCC III	MARIA SÁJILA DE OLIVEIRA ARAÚJO	REPROVADO	GRADUAÇÃO

Período	Atividade	Docente	Status	Nível
2020.1	BHU1058 - TCC III	PAULO ROBERTO DA COSTA DE SOUSA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2020.1	COOCBA0022 - TCC II	SANDY KELLY SANTANA DE OLIVEIRA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2020.1	BHU1058 - TCC III	ANA KERCIA MENDES LIMA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2020.2	COOCBA0022 - TCC II	SANDY KELLY SANTANA DE OLIVEIRA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2020.2	BHU1058 - TCC III	PAULO ROBERTO DA COSTA DE SOUSA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2020.2	BHU1056 - TCC I	ARIADNE VENTURA MATOS	APROVADO	GRADUAÇÃO
2020.3	BHU1058 - TCC III	PAULO ROBERTO DA COSTA DE SOUSA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2021.1	BHU1058 - TCC III	ARACELY ALBUQUERQUE VICENTE	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2021.1	BHU1057 - TCC II	GILLIANE PIMENTEL DE ARAUJO DOMINGOS	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2021.1	BHU1056 - TCC I	MATEUS QUEIROZ MELO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.1	BHU1056 - TCC I	CARLOS DA SILVA CARDOZO	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2021.1	COOCP0022 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	CAMILA DA CONCEIÇÃO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.1	BHU1057 - TCC II	ARIADNE VENTURA MATOS	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	BHU1057 - TCC II	MATEUS QUEIROZ MELO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	CCAP0165 - TCC I	JORGE FERNANDO LODNA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	BHU1056 - TCC I	MARIA RUBIANE VITOR DA SILVA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	COOCP0030 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	CAMILA DA CONCEIÇÃO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	COOCP0035 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	CAMILA DA CONCEIÇÃO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	BHU1058 - TCC III	ARIADNE VENTURA MATOS	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	BHU1058 - TCC III	WEMBLAY JOHNSON DE SOUZA GONDIM	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	BHU1058 - TCC III	ARACELY ALBUQUERQUE VICENTE	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	CCLS0026 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)	ANTONIO CARLOS DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2022.1	BHU1056 - TCC I	LUAN RODRIGUES DO NASCIMENTO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2022.1	BHU1056 - TCC I	LUCENICE DA SILVA CARMO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2022.1	BHU1058 - TCC III	MATEUS QUEIROZ MELO	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2022.1	CCLS0026 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)	MARIA EVELINE SILVA ARAÚJO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2022.1	CCLS0027 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)	ANTONIO CARLOS DA SILVA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2022.1	BHU1056 - TCC I	EMANUEL GOMES DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2022.1	CCAP0166 - TCC II	JORGE FERNANDO LODNA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2022.1	CCLS0026 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)	ISADORA ENÉAS MAIA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2022.2	CCLS0027 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)	MARIA EVELINE SILVA ARAÚJO	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2022.2	BHU1057 - TCC II	EMANUEL GOMES DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2022.2	CCLS0027 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)	ISADORA ENÉAS MAIA	APROVADO	GRADUAÇÃO

Período	Atividade	Docente	Status	Nível
2022.2	CCAP0166 - TCC II	JORGE FERNANDO LODNA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2022.2	CCLS0027 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)	ANTONIO CARLOS DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2022.2	BHU1058 - TCC III	MATEUS QUEIROZ MELO	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2022-09- 06	-DISSERTAÇÃO	CAMILA RICARTE DANTAS CARVALHO *	ATIVO	MESTRADO
2017-09- 25	2020-01-08-DISSERTAÇÃO	MARIA DO SOCORRO MENDES DE VASCONCELOS *	CONCLUIDO	MESTRADO

Legenda:

* Co-Orientando

Redenção, 21 de Julho de 2023

Código de Verificação:
7da7031fbc

SIGAA | Diretoria de Tecnologia da Informação - - | Copyright © 2006-2023 - UNILAB - sigaa1.sigaa1

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Código: PVH1646-2022

Título: Concepções e práticas interseccionais de promoção Saúde Mental em povos e comunidades tradicionais no

Tipo: INTERNO (Projeto Novo)

Categoria: Iniciação Científica e Tecnológica

Situação: EM EXECUÇÃO

Unidade: INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)

Centro: INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)

Palavra-Chave: saúde mental; interseccionalidade; Indígenas; quilombola; vulnerabilidade; povos tradicionais.

E-mail: james.mourajr@unilab.edu.br

Edital: Edital Proppg 02/2022- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Pibic (CNPq/UNILAB/Fapes

Cota: 2022-02 Pibic-Unilab-IC (01/10/2022 a 30/09/2023)

Arquivo do Projeto: [Visualizar arquivo](#)Arquivo do Projeto (complemento): [Sem Arquivo complementar do Projeto](#)

ÁREA DE CONHECIMENTO

Grande Área: Ciências Humanas

Área: Psicologia

Subárea: Psicologia Social

Especialidade: Papéis e Estruturas Sociais; Indivíduo

GRUPO E LINHA DE PESQUISA

Grupo de Pesquisa: Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE)

CORPO DO PROJETO

Resumo

Esta pesquisa tem parte do seu financiamento para sua execução a partir da CHAMADA 02/2020 do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada (PPSUS) por intermédio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ceará-Funcap e da Secretaria da Saúde do E SESA do Governo do Estado do Ceará, em parceria com o Ministério da Saúde-MS, por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde- Decit/SCTIE/MS e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq investigação no campo das políticas públicas específicas para os povos indígenas e comunidades quilombolas, dedica-se também à análise sobre gestão social e autonomias em interseção com os saberes tradicionais e a agenda política dos povos e comunidades. Assim, este projeto tem como objetivo interseccionalmente as compreensões e práticas de promoção de saúde mental entre populações indígenas e quilombolas no Ceará. Como objetivos e descrever os itinerários percorridos por essa população na Rede Atenção Psicossocial em busca de cuidados em saúde mental; compreender os impactos das desigualdades de gênero na saúde mental de populações quilombolas e indígenas; e analisar as interseccionalidades entre saúde mental/gênero/raça e saúde mental na população quilombola e indígena. A pesquisa é de caráter qualitativo com a realização de grupos focais em comunidades indígenas e Estado do Ceará com indivíduos residentes nesses territórios. Será realizada análise de conteúdo do material transcrito. Assim, seguem-se as orientações da Organização Mundial de Saúde em termos de saúde mental para as próximas décadas: 1. Prestação de serviços abrangentes e integrados de saúde mental e assistência em contextos comunitários; 2. Implementação de estratégias de promoção e prevenção.

Introdução/Justificativa

(incluindo os benefícios esperados no processo ensino-aprendizagem e o retorno para os cursos e para os professores da instituição em geral)

É inegável que na discussão acerca das políticas sociais, as múltiplas dimensões que envolvem os ambientes rurais, bem como cidades de pequeno e médio porte, acabam se tornando invisíveis ao espaço acadêmico. Isso é preocupante ao constatar que é nessas áreas onde se situam povos e comunidades tradicionais, são encontrados os mais altos índices de insegurança alimentar, mortalidade infantil, de incidência de endemias, de insalubridade e analfabetismo (Ministério da Saúde, 2005). Ou seja, estamos tratando de espaços que ainda apresentam taxas lastimáveis de pobreza, de baixos níveis de escolaridade e do poder público no que tange ao desenvolvimento social. Embora tenhamos um sistema de saúde universal e público como o Sistema Único de Saúde (SUS) e ferramentas como a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e os DSEI's na Atenção Primária, um dos grandes desafios é fazer com que suas ações na saúde mental se efetivem junto aos povos e comunidades tradicionais. Os contextos rurais, local de moradia e trabalho de quase a totalidade dos povos indígenas e comunidades quilombolas que vivem organizados como coletividades no país, são espaços de difícil acesso, com precárias condições de infraestrutura (transporte, postos de saúde), marcados por modelos de administração e gestão pública que impedem o funcionamento de redes integradas e interseccionais, a corrupção e a burocracia, aspectos que representam condições desvantajosas para a garantia de cobertura e a oferta qualificada de cuidados especialmente em saúde mental.

Com a Reforma Psiquiátrica e a Estratégia de Atenção Psicossocial em curso há mais de 20 anos, tem havido um esforço considerável para substituir o modelo manicomial de cuidados para uma perspectiva territorial e comunitária. Contudo, os povos indígenas e comunidades quilombolas têm sido historicamente excluídos do processo. No âmbito da saúde mental, pouco se tem problematizado sobre os efeitos das desigualdades e dos racismos na produção de sofrimento psíquico e na reafirmação de práticas de tutela pelos saberes e poderes "psí", na medicalização do cotidiano e patologização da vida dos povos indígenas e tradicionais. A Política Nacional de Saúde Mental e de Saúde das Populações do Campo e da Floresta quanto a Política Nacional de Saúde para os Povos Indígenas, e os avanços nas últimas décadas no Brasil, ainda estão atravessadas por saberes, racionalidades e lógicas eurocêntricas e colonializadoras que afirmam a experiência de sofrimento psíquico e a eficácia das práticas de cuidados independente dos pertencimentos ontológicos, das cosmografias e das suas condições de vida. Tocar nos cárceres dessas políticas implica em considerar as marcas que imprimem diferentes tonalidades aos processos de saúde mental de apreensão do mundo quando se trata de povos indígenas e de populações tradicionais. Ademais, em desmontar as grandes narrativas a partir de um olhar interseccionalizado, com localização epistêmica, racial, étnica, sexual e de gênero.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2013), a injustiça social e a pobreza são as grandes causas para as desigualdades que interferem diretamente nas condições de saúde e doença das populações. Isso está relacionado ao não acesso a bens, produtos, políticas, à exclusão social, à desigualdade de renda, à violência, à destruição ambiental, à solidão, à injustiça, aspectos que repercutem nos modos de subjetivação, nas dinâmicas de reprodução intergeracional das condições de vida e na mobilidade social, assim como na saúde mental. Em cenários de desigualdades sociais há, com frequência, grupos populacionais que são mais ou menos expostos a riscos para o desenvolvimento ou agravamento de transtornos mentais, isto é, ficam mais vulneráveis psicologicamente.

Fazendo um paralelo com a sociedade mais geral, dados da OMS (2003) informam que a carga dos transtornos mentais continua crescendo no mundo, com impactos sociais e econômicos significativos. A depressão, por exemplo, é uma das principais causas de incapacidade em todo o mundo. Por outro lado, a saúde mental ainda não responde adequadamente, havendo uma grande distância entre as necessidades de tratamento e sua oferta, levando-se em conta as doenças crônicas, que requerem cuidados continuados e gerenciamento por um período de vários anos ou décadas. Como dito acima, apenas no final do século XX o Brasil passou a atentar para estas questões diante de inúmeros casos no Brasil detectados pelos agentes de saúde indígena como o uso excessivo de substâncias psicoativas, grande número de mortes por suicídio e suas repercussões internacionais, depressão entre juventude e outros que ganharam visibilidade e através das denúncias do movimento indígena e seus aliados.

A partir de 2007, no caso da política para indígenas, entra em vigor a Portaria nº 2759 (Ministério da Saúde, 2007), a qual estabelece diretrizes gerais para a Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas, representando um avanço significativo mas com um processo de implementação letárgico. A saúde mental é visível a ausência do tema na construção da agenda e na implementação das principais políticas públicas no país tais como a Política Nacional de Saúde Mental e a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta (PNSIPCF).

Diante do que foi colocado até agora é que se espera da atuação das equipes de saúde mental em contextos étnicos de vulnerabilidade psicossocial o desenvolvimento de uma competência cultural através de formação nas áreas de antropologia e etno-história, o que implica na produção de conhecimento interdisciplinar dessas interfaces, planejamento da atenção para além da família nuclear, mas nas famílias extensas comuns entre os grupos étnicos no Ceará, nas relações de poder e estruturam-se principalmente por redes de parentesco e, por fim, numa avaliação contínua das práticas observando a complexidade e dinamicidade da saúde mental.

Não obstante a demanda para detecção de agravos e proteção da saúde mental de indígenas e quilombolas seja uma reivindicação recorrente dos movimentos sociais e quilombolas, no campo da produção acadêmica também verifica-se grandes desafios. De acordo com a pesquisa de Mariana Batista e Valeska Zanelli (2019), a escassez de artigos científicos sobre o tema da saúde mental em contextos étnicos como boa parte das publicações localizadas nos periódicos científicos analisadas pelas autoras carecem de problematização do conceito de saúde mental na perspectiva dos interlocutores. As autoras concluem que a falta de teoria e das categorias empíricas é problemático porque impõe concepções de saúde e doença ocidentalizadas e negligencia a complexidade do diálogo fundamental para colaborar com as políticas de saúde.

Apesar disso, a saúde mental continua a ser negligenciada no âmbito das políticas de Estado e da saúde pública no Brasil. Quando se trata de populações de difícil acesso, a situação torna-se ainda mais grave. A escassez de estudos sobre saúde mental das populações tradicionais rurais e das populações indígenas como sobre os serviços e ações organizadas e disponibilizadas para essas populações, é um problema que já vem sendo alertado há anos pela OMS e não à toa que uma das suas áreas prioritárias de ação está voltada aos determinantes sociais e riscos para a saúde, doenças crônicas não transmissíveis. Esse cenário de vida e trabalho multifacetado e em permanente transformação, fortemente marcado por condições adversas, compõe uma complexa rede de determinações sociais que repercutem no processo saúde-doença das populações rurais. Ou seja, há uma interdependência entre condições socioeconômicas características dos territórios e dos ambientes vividos, padrões culturais, experiências e histórias de vida dos indivíduos como elementos que forjam a saúde mental dos sujeitos. Sabemos, por exemplo, que as precariedades e a desproteção social que marcam a vida no meio rural, bem como as relações

historicamente baseadas na exploração, na ausência de direitos trabalhistas, muitas vezes aproximando-se de situações de escravidão, vêm conformar morbimortalidade, no qual os transtornos mentais, uso abusivo de psicotrópicos, álcool e outras drogas, suicídio, etc, aparecem de forma significativa implementação de novas abordagens de análise e atenção psicossocial. Em função disso, é urgente investir nas orientações da OMS (2003) em termo para as próximas décadas: 1. Prestação de serviços abrangentes e integrados de saúde mental e assistência social em contextos comunitários; 2. Im estratégias de promoção e prevenção; e 3. Desenvolvimento de sistemas de informação reforçados, evidências e pesquisas, contextualizadas a popul. Sobre esse último aspecto, é evidente a dificuldade na realização de pesquisas com populações vulneráveis de difícil acesso, em função de especificid limitações dos métodos e instrumentos tradicionais. De acordo com a ONU (2015), em 2014, 46% da população mundial vivia em áreas rurais, sendo desse contingente vivia em contextos de vulnerabilidade, seja de pobreza, de isolamento dos serviços de saúde, educação e assistência ou moradias o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA, 2016), as taxas de pobreza rural são sistematicamente mais altas que as urbanas na maio com destaque para a América Latina. No Brasil, estima-se que apenas 15,6% de sua população vive no meio rural (IBGE, 2010), sendo que 25% des: encontra-se na faixa de extrema pobreza (MDS, 2014). As populações do campo, da floresta e das águas são povos e comunidades que têm seus mo trabalho conectados predominantemente à terra e que compartilham histórias marcadas pela pobreza e pelas consequências da intensa e perversa de constitutiva da formação social do Brasil. É sobre essas populações que recai a maior parte dos efeitos advindos da falta de desenvolvimento em âmb educação, saúde e seguridade social. Ou seja, essas populações são as mais afetadas pelo isolamento, invisibilidade e pouco alcance das políticas públ Macedo, Leite, Dantas & Silva, 2017).

No estado do Ceará, segundo dados da Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (FEPOINCE, 2020), as 15 etnias estão situadas em 2 cearenses. O Plano Distrital (2020-2023) do DSEI local indica uma população de 26.208 indígenas localizados em 09 polos base que, por sua vez, est regiões de serra, sertão e zona costeira (BRASIL, 2019). Parte significativa das aldeias possuem baixo índice de fornecimento de água potável, banhe resíduos domésticos; soma-se a isso a estrutura de saúde "insuficiente e deficitária" do DSEI (BRASIL, 2019, p. 97). O quadro local, portanto, parece situações de vulnerabilidades semelhantes ao contexto nacional.

As comunidades quilombolas cearenses, até o presente momento identificadas, somam 87 comunidades, distribuídas em todas as regiões do estado quantitativo estimado de 4.500 famílias ao todo (CEQUIRCE, 2019). São representadas pela CEQUIRCE, Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais d associações de remanescentes de quilombos locais. No ano de 2019 o Instituto Agropolos, em parceria com o governo do Estado e a CEQUIRCE, reali das Comunidades Quilombolas do Ceará, no qual constam os seguintes dados socioeconômicos: 11% das famílias vivem em casa de taipa; 49% das têm escola de ensino fundamental no território; 85% das comunidades não possuem posto de saúde no território.

Assim, há uma estreita associação entre cenários de vida marcados por intensas desigualdades, injustiças, racismos e violência de gênero e a produç psíquico. Apesar de não constar no rol das chamadas doenças negligenciadas pela OMS tais como dengue, doença de chagas, leishmaniose, hansení esquistossomose e tuberculose, as quais são definidas como "doenças que não só prevalecem em condições de pobreza, mas também contribuem pa quadro de desigualdade" (Brasil, 2010, p. 200), consideramos que o sofrimento psíquico é responsável por grande parte da carga de enfermidades nc disso, a saúde mental tem sido tradicionalmente negligenciada pela saúde pública. Alguns pesquisadores vêm apontando para a delicada equação for de pobreza, eventos estressantes, recursos sociais e econômicos limitados e outras desvantagens demográficas e os efeitos deletérios para a saúde n (2018) e Dimenstein et al. (2017a) investigaram o processo de vulnerabilização das populações do campo e o aumento da incidência de transtornos r do uso problemático de álcool e outras drogas em assentamentos de reforma agrária e comunidades quilombolas. Tal cenário se coloca de modo desa cotidiano da vida dessa população, como também para a formulação de políticas públicas que alcancem e respondam as necessidades e especificidad rurais, porque demandam monitoramento e gerenciamento de longo prazo, bem como pelas incapacidades causadas, tal como todas as doenças crôn Professores, professoras e estudantes Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) terão a oportunidade de partici pesquisa com foco interdisciplinar inserida na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde. Igualmente, haverá a possibilidade de aprof conhecimento com os saberes locais das comunidades indígenas e quilombolas participantes, desenvolvendo um processo articulado de produção de c crítico.

Objetivos

Analisar interseccionalmente as compreensões e práticas de promoção de saúde mental entre populações indígenas e quilombolas no Ceará

Objetivos específicos:

1. Descrever os itinerários percorridos por essa população na Rede Atenção Psicossocial em busca de cuidados em saúde mental.
2. Compreender os impactos dos racismos e desigualdades de gênero na saúde mental de populações quilombolas e indígenas.
3. Analisar as interseccionalidades entre saúde mental/gênero/raça-etnia/geração na saúde mental na população quilombola e indígena.

Metodologia

METODOLOGIA
Delineamento

Esta pesquisa baseia-se na perspectiva qualitativa, abarcando a complexidade, diversidade e detalhes do fenômeno investigado a partir da crítica ao r observação pura (Alvez_Mazzotti, & Gewandzjanjder, 1998). Assim, a pesquisa qualitativa é apontada como uma adequada estratégia de investigaç contato com esses diferentes atores sociais, pois fornece vias de comunicação abertas para o entendimento das especificidades das trajetórias, conte: percursos de realização do Programa. Denzin e Lincoln (2006) afirmam que, na atualidade, a responsabilidade em fazer pesquisa qualitativa está rela às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática" (p.17).

Técnica

A pesquisa deve ser considerada um empreendimento investigativo constituída de um conjunto de técnicas para aprofundamento e compreensão amp investigado. Segundo Denzin e Lincoln (2006), o pesquisador pode utilizar diversas estratégias, métodos ou materiais empíricos em sua produção. A t utilizada será o grupo focal compreendido como uma entrevista qualitativa em grupo com determinados fins e temáticas específicas. Essa técnica utili grupal para produzir dados e insights que seriam difícilmente conseguidos fora do grupo. Apesar de levar em fatores constituintes da dinâmica grupal confundir a técnica do Grupo Focal com os grupos terapêuticos ou operativos. Essa técnica é de coleta de dados, sendo o papel do moderador mais in focalizada na discussão grupal da temática investigada (Sampiere, Collado, & Lucio, 2013).

População e locais de coleta

Os critérios de escolha das comunidades: 13 Conselhos Locais de Saúde Indígena - cada conselho foi criado e organizado pelo movimento indígena a organizações sociopolíticas e redes de parentesco. Há Conselho formado por apenas um povo, como Tapeba, Anacé, Pitaguary, Jenipapo-Kanindê, Tre outros por dois, três e até quatro povos. Por entendermos que esta é uma organização na saúde própria destes povos nossa metodologia respeitará e próprias. 13 Comunidades Quilombolas - as comunidades quilombolas discutem as políticas de saúde no âmbito das Associações Locais e o quantitativ equiparação aos Conselhos Indígenas.

Em relação aos grupos focais, consideramos que se tratam de oportunidades de diálogo, de compartilhamento de experiências e discussões voltadas i vida, trabalho e saúde dos moradores. Servirão, especialmente para conhecer os impactos da pandemia do covid-19 no cotidiano dessas populações, realidade encontrada nas etapas anteriores dessa pesquisa e discutir sobre os variados fatores que podem estar associados ao sofrimento mental, inc de vida, as desigualdades de gênero e racismos, bem como os itinerários percorridos em busca de cuidados e estratégias de enfrentamento à estigm recrutamento de participantes irá priorizar a representação de gênero e faixa etária, bem como de lideranças locais, respondentes ou não às ferrame saúde mental. O número de encontros será definido em função do número de pessoas que se disponibilizarem a participar e poderão ser realizados ei comunitários.

Para as rodas de conversa com comunidades indígenas e quilombolas, este estudo prevê a inclusão de homens e mulheres, acima de 18 anos, morad comunidades indicadas, que aceitem voluntariamente participar da investigação. Constitui-se em critério de exclusão a recusa em participar da pesqu possuir limitação severa do ponto de vista cognitivo e/ou de comunicação que o impeça de compreender/responder os instrumentos. Não constitui cri que o participante, na ocasião da coleta de dados, tenha consumido bebidas alcoólicas em níveis moderados, que não comprometem sua capacidade

Procedimentos

Quanto aos grupos focais, eles deverão ser realizados em local adequado e definido pela comunidade. Para alcançar esses objetivos serão propostas i para a discussão coletiva, definição de dinâmicas de grupo, uso de recursos audiovisuais, de forma que os moradores se sintam confortáveis para co experiências, trazer materiais, falar do seu cotidiano e discutir sobre os assuntos propostos. Nesse sentido, é importante garantir que haja diversidade ponto de vista geracional e de gênero. O tempo de duração pode variar conforme a composição e temática discutida, mas vamos assegurar que não s longo e cansativo. Como elemento disparador vamos apresentar resultados gerais da pesquisa, de forma simples e didática, de maneira a identificar c compreende o cenário investigado e os possíveis determinantes da situação encontrada. O grupo seguirá esse roteiro:

01. Como vocês estão se sentindo atualmente na comunidade? Tristes? Ansiosos/as? Com medo? Angustiad/as? Com algum sofrimento? E por que?
02. Onde vocês buscam apoio quando se sentem assim?
03. E como a pandemia fez vocês se sentirem?
04. O que seria saúde mental para vocês?
05. Quais são as práticas desenvolvidas na comunidade que promovem bem-estar?
06. Como vocês se sentem tratados quando buscam atendimento em saúde mental para lidar com esses sentimentos?
07. Como vocês acham que deveriam ser tratados?
08. Como vocês percebem que o fato de ser indígena/quilombola interfere no atendimento?
09. Como vocês percebem que o fato de ser homem ou mulher interfere no atendimento?
10. Como vocês acham que tem outros fatores que interferem nesse atendimento?

Primeiramente, haverá a transcrição do material produzido. Bauer e Gaskell (2002) abordam que a transcrição detalhada é imprescindível para pesqu nível de detalhes da transcrição depende dos objetivos da pesquisa. Neste estudo, optar-se-á por transcrever detalhadamente as falas literais, sem ê performance e nas aspectos gestuais. A transcrição igualmente é entendida como um lugar de interpretação em que vários sentidos podem ser perd (2008). Ela está na fronteira entre o discurso e a escrita, sendo uma via de interpretação profunda de determinado fenômeno. É importante salienta c conterá um vasto material de pesquisa, pois serão em torno 60 gravações para serem transcritas, agregando as entrevistas e grupos focais.

Tratamento e análise dos dados

Utilizar-se-á como análise a Análise de Conteúdo. De acordo com Bardin (2010), esta análise tem como finalidade a interpretação baseada em inferêr indicadores qualitativos e quantitativos. Há seis técnicas possíveis na utilização dessa abordagem: análise categorial, análise de avaliação, análise de

de expressão, análise das relações e análise do discurso. Neste estudo, utiliza-se a análise categorial. Primeiramente, são definidas categorias dedutivas e a análise está aberta a categorias indutivas desenvolvidas pelo processo de análise da transcrição.

Aspectos éticos da pesquisa

Assim, o compromisso ético da pesquisa está baseado na minimização dos prejuízos para os atores dessa investigação e ampliação dos benefícios para a sociedade (Gibbs, 2009). Como forma de assegurar a proteção dos direitos e da dignidade dos participantes, será elaborado termo de consentimento explícito das informações necessárias para realização da pesquisa (Flick, 2009). Como encaminhamento dos rigores ético, este projeto foi aprovado pela Comissão de Ética da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira para fins de aprovação e desenvolvimento pleno das atividades.

RESULTADOS ESPERADOS

Em primeiro lugar, a pesquisa pode traçar um diagnóstico das necessidades e da qualidade da oferta em saúde mental nos municípios cearenses com populações quilombolas e indígenas. Em segundo lugar, poderá contribuir com atividades de suporte e coordenação do trabalho em saúde mental na comunidade, bem como orientar a gestão dos planos de continuidade de cuidados e a montagem de boas práticas em saúde mental e estratégias culturalmente específicas do território.

Intersetorialmente, poderá contribuir com a operacionalização da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta e com a Saúde Integral da População Negra, de modo a gerar conhecimento que possa dar maior visibilidade à realidade vivida e resolutividade às demandas das populações que vivem em cenários de vulnerabilidade psicossocial. Do ponto de vista científico/tecnológico, a presente proposta poderá aprimorar metodologias de investigação e conhecimento para pesquisas em saúde pública destinadas a grupos vulneráveis de difícil acesso e com especificidade de métodos tradicionais não alcançam adequadamente.

Além disso, fomentará um campo de debates e de reflexões que envolvendo pesquisadores, comunidades, trabalhadores e órgãos governamentais (p Secretarias de Saúde e Ação Social) em torno da temática pobreza e vulnerabilidade psicossocial e seu impacto na saúde mental e modos de cuidado a partir de dados com informações sobre saúde mental de populações quilombolas e indígenas que poderá ser compartilhado com a comunidade acadêmica abrindo possibilidades de geração de conhecimento em várias áreas e formação de recursos humanos.

METAS

Como metas estabelecidas, há as seguintes propostas:

- Realização de VINTE E SETE (27) supervisões quinzenais sobre investigação com os/as bolsistas oficiais e voluntários;
- Realização de CINCO (5) apresentações da pesquisa aos órgãos e/ou instituições competentes, por região de saúde e município para a realização de pesquisas;
- UM (1) Levantamento das concepções de saúde mental entre as populações indígenas e quilombolas cearenses
- UMA (1) Análise das principais práticas de cuidado em saúde mental desenvolvidas pelas comunidades indígenas e quilombolas;
- Condução de DEZ (10) grupos focais com populações indígenas e quilombolas
- Transcrições de DEZ (10) grupos focais;
- Realização de DUAS (2) apresentações de trabalho com a síntese dos resultados em congressos nacionais;
- Submissão de UM (1) artigo científico submetido em periódico científico internacional com Qualis B1;
- Realização de UM (1) seminário para discutir o tema saúde mental e povos indígenas, com especialistas no tema da academia e dos povos indígenas;
- Elaboração de UM (1) relatório final da pesquisa;

Referências

Alves-Mazzotti, A. J., & Gewandsnajer, F. (1998). O método nas Ciências Naturais e Sociais. São Paulo: Pioneira.

Bardin, L. (2010). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.

Batista, L.E. (2012). Jurema Werneck e Fernanda Lopes, (orgs.). Saúde da população negra / -- 2. ed. -- Brasília, DF : ABPN - Associação Brasileira de Negros, 2012. -- (Coleção negras e negros : pesquisas e debates / coordenação Tânia Mara Pedrosa Müller)

Brasil (2019). Plano Distrital de Saúde Indígena 2020-2023: DSEI Ceará. Fortaleza: Ministério da Saúde/Secretaria Especial de Saúde Indígena/Distrito Indígena do Ceará.

Brasil/IBGE. Síntese de Indicadores Sociais (SIS). <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>

Brasil (2013). Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional das Populações do Campo e da Floresta / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013. 48 p. : il. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_cam

Brasil (2013). Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional da População Negra : uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf

Brasil (2020). Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena/Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará. Plano Distrital de Saúde Indígena (2020-2023).

Conselho Indigenista Missionário. Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil-Dados 2018. Brasília:CIMI, 2019. Disponível em: <<https://cimi.org.br/content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf>>. Acesso em set. 2020.

Dimenstein, M.; Leite, Jader Ferreira ; Macedo, João Paulo Sales ; Dantas, Candida ; Silva, M . Iniquidades Sociais e Saúde Mental no Meio Rural. PSI (IMPRESSO), v. 22, p. 541-553, 2017.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). Introdução a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (O planejamento e a qualificação: Teorias e Abordagens. Porto Alegre: Artmed.

Fepoince (2020). Povos indígenas no Ceará. Federação dos Povos Indígenas e Organizações do Ceará. Disponível em: <https://www.fepoince.org/povo-indigenas-no-ceara> Acesso em: 15 set. 2020.

Faustino, D.M.O. (2012). A equidade racial nas políticas de saúde. In: BATISTA, L.E.; WERNECK, J.; LOPES, F. (Org). Saúde da população negra. Bras Flick, U. (2009). Desenho da Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre, Artmed.

Gibbs, G. (2009). Análise de Dados qualitativos. Porto Alegre: ArtMed.

Koller, S. H. Ethics in research with human beings: Some issues about Psychology. Ciência & Saúde Coletiva , v. 13, p. 399-406, 2008.

Macedo, João Paulo Sales ; Dimenstein, M. ; Brisana Índio do Brasil de Macêdo Silva ; Hédina Rodrigues de Sousa ; Ana Paula Almeida da Costa . Apc mental comum e uso abusivo de álcool em assentamentos rurais. TEMAS EM PSICOLOGIA (RIBEIRÃO PRETO), v. 26, p. 1123-1137, 2018.

Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. (2005) Plano Nacional de Saúde: um pacto pela saúde no Brasil. Ministério da Saúde. Recuperado de http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/05_0306_M.pdf.

OMS (2013). Plano de ação para a saúde mental 2013 - 2020. http://www.who.int/mental_health/action_plan_2013/en/

OMS (2003). Cuidados inovadores para condições crônicas: componentes estruturais de ação: relatório mundial / Organização Mundial da Saúde - Br http://www.saudedireta.com.br/docsupload/1334798934Cuidados%20inovadores%20parte_001.pdf

PINTO, C. V. D. S.; ROCHA, B. N.; PIRANI, N. D. C. Indicadores sociais e desenvolvimento rural: um estudo sobre o índice de desenvolvimento humano Brasil. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, Brasília, v. 18, jan./jun. 2018. Disponível em: Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_regional/180618_brua_18_ensaio08.pdf. Acesso em: 30 jul. 2018.

Riessman, C. K. (2008). NarrativeMethodsforthe Human Sciences. California: Sage

Bases da naturalização do estupro: influência das discriminações de raça e classe nos preconceitos sexuais e de gênero em decisões de julgamento no Brasil.

Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). Metodologia de Pesquisa. Porto Alegre: Penso.

Wanderley, M. de N. B. (2005). Olhares sobre o "rural" brasileiro. Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas, 23(1 e 2), 82-98. <https://doi.org/10.37370/raizes.2004.v23.236>

FINANCIAMENTOS												
Entidade Financiadora						Natureza do Financiamento						
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico						Auxílio Financeiro + Bolsa						
MEMBROS DO PROJETO												
CPF	Nome	Categoria			CH Dedicada			Função				
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DDD												
Atividade	2022					2023						
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	
REALIZAÇÃO DE SUPERVISÕES QUINZENAIS SOBRE INVESTIGAÇÃO COM BOLSISTAS OFICIAIS E VOLUNTÁRIOS;												
REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA AS COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS												
ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS NAS COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS												
REALIZAÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS COM												

Atividade	2022					2023						
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Ju	
COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS												
TRANSCRIÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS												
REALIZAÇÃO DAS ANÁLISES DAS TRANSCRIÇÕES REALIZADAS												
REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O TEMA SAÚDE MENTAL E POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS, COM ESPECIALISTAS NO TEMA DA ACADEMIA E DOS POVOS INDÍGENAS												
ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL												
SUBMISSÃO DO ARTIGO SÍNTESE DOS RESULTADOS												
PLANOS DE TRABALHO												
Título								Tipo da Bolsa				Situ
Saúde mental com populações indígenas no Ceará								A DEFINIR				APRO
Estratégias de apoio a pesquisa em Saúde mental com populações indígenas no Ceará								2022-02 BICT-Funcap (IC)				EM A
AVALIAÇÕES DO PROJETO												
Situação/Parecer								Data da Avaliação				
NÃO REALIZADA												
AVALIAÇÃO REALIZADA								30/04/2022 10:24				
Projeto aprovado, com metodologia coerente com objetivos e corretamente fundamentado, necessitando de cuidados no tratamento dos dados da cate tradicionais que engloba duas populações distintas, indígenas e quilombolas.												
7 - Enquadramento da proposta nas diretrizes gerais da instituição nos domínios da pesquisa e da formação								5.0				
6 - Qualidade do(s) plano(s) de trabalho enquanto experiência de iniciação técnica e científica								10.0				
5 - Adequação do(s) plano(s) de trabalho aos objetivos da pesquisa								10.0				
4- Adequação da proposta aos recursos financeiros e de infra-estrutura apresentados na proposta								5.0				
3 - Apresentação da metodologia, objetivos, metas e resultados esperados, elencados em relação à problematização e à literatura								9.5				
2 - Apresentação da literatura relevante e coerência do enquadramento teórico em relação à problematização								10.0				
1 - Coerência e clareza da problematização, da definição do objeto e das hipóteses								9.5				
DESISTENTE												
NÃO REALIZADA												
AVALIAÇÃO REALIZADA								07/05/2022 13:16				
Declaro que procedi a leitura integral do projeto de pesquisa e de plano(s) de trabalho(s) cadastrados no SIGAA, visando inteirar-me dos argumentos e tecnológicos apresentados pelo docente proponente, avaliando-os com equidade ao emitir o parecer pelo qual assumo total responsabilidade.												
7 - Enquadramento da proposta nas diretrizes gerais da instituição nos domínios da pesquisa e da formação								5.0				
6 - Qualidade do(s) plano(s) de trabalho enquanto experiência de iniciação técnica e científica								10.0				
5 - Adequação do(s) plano(s) de trabalho aos objetivos da pesquisa								10.0				
4- Adequação da proposta aos recursos financeiros e de infra-estrutura apresentados na proposta								5.0				
3 - Apresentação da metodologia, objetivos, metas e resultados esperados, elencados em relação à problematização e à literatura								10.0				
2 - Apresentação da literatura relevante e coerência do enquadramento teórico em relação à problematização								10.0				
1 - Coerência e clareza da problematização, da definição do objeto e das hipóteses								10.0				
HISTÓRICO DO PROJETO												
Data	Situação						Usuário					
15/02/2022 22:35	CADASTRO EM ANDAMENTO						JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR (<i>james.mou</i>					
15/02/2022 22:36	SUBMETIDO						JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR (<i>james.mou</i>					
10/03/2022 17:44	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)						RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)					
25/03/2022 10:53	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)						RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)					
04/04/2022 14:44	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)						RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)					
13/04/2022 12:13	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)						RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)					
29/04/2022 10:02	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)						RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)					
10/02/2023 14:07	EM EXECUÇÃO						RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)					

Portal do Docente

SIGAA | Diretoria de Tecnologia da Informação - - | Copyright © 2006-2023 - UNILAB - sigaa1.sigaa1 - v3.22.20

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Código: PVH1685-2022

Título: Confecção de Bolsas da Comunidade: tecnologia social de inclusão produtiva de renda e de acesso a direito: Baturité/CE

Tipo: INTERNO (Projeto Novo)

Categoria: Pesquisa Tecnológica

Situação: DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)

Unidade: INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)

Centro: INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)

Palavra-Chave: pobreza, gênero, inclusão produtiva, tecnologia social.

E-mail: james.mourajr@unilab.edu.br

Edital: Edital Proppg 03/2022 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e In (PIBITI/CNPq)

Cota: 2022-03 Pibiti/CNPq (01/09/2022 a 31/08/2023)

Arquivo do Projeto: [Visualizar arquivo](#)Arquivo do Projeto (complemento): [Sem Arquivo complementar do Projeto](#)

ÁREA DE CONHECIMENTO

Grande Área: Ciências Humanas

Área: Psicologia

Subárea: Psicologia Social

Especialidade: Papéis e Estruturas Sociais; Indivíduo

GRUPO E LINHA DE PESQUISA

Grupo de Pesquisa: Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE)

CORPO DO PROJETO

Resumo

Este projeto tem como objetivo desenvolver uma tecnologia social de confecção de bolsas com mulheres em situação de pobreza da região do Maciço objetivos específicos, almejam-se: identificar as necessidades individuais e comunitárias das mulheres participantes; avaliar a tecnologia social como inclusão produtiva; analisar o impacto social da tecnologia social no fortalecimento do sentido de comunidade, suporte social e no bem estar pessoal. O projeto será desenvolvido em três cidades de médio porte no interior do estado do Ceará na região do Maciço de Baturité nas comunidades de Alto da Barreira, Pró-urbe em Acarape e Alto do Bode em Redenção. Igualmente, haverá uma articulação com os Centros de Referência de Assistência Social socioassistencial das mulheres das comunidades. São planejadas dez oficinas com duração de duas horas em cada encontro com um grupo de quinze ensino da confecção de bolsas. Nesses encontros, serão trabalhados temas como acesso a direitos sociais, educação financeira, cooperativismo e inclusão com a confecção das bolsas. Portanto, serão realizados três grupos de mulheres, sendo um em cada comunidade. Como avaliação da tecnologia social: grupos operativos com as mulheres, será realizado um grupo focal, como também serão aplicadas escalas sobre bem estar pessoal, sentido de comur social. No final dos dez encontros, serão novamente realizados o grupo focal e a aplicação das escalas. Esse formato será realizado três vezes nas di comunidades prioritizadas. Na perspectiva qualitativa, serão comparados os discursos das mulheres antes e depois dos grupos a partir da Análise de C de campo e dos grupos focais. A partir do método quantitativo, será realizado um estudo quase experimental com pré e pós-teste a partir da análise Kolmogorov-Smirnov para amostras dependentes.

Introdução/Justificativa

(incluindo os benefícios esperados no processo ensino-aprendizagem e o retorno para os cursos e para os professores da instituição em geral)

Primeiramente, salienta-se que este projeto será realizado pelas extensionistas da Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e (REAPODERE) juntamente com trabalhadores/as dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e moradoras das comunidades participantes. salientar que a REAPODERE é coordenada pelo proponente deste projeto, atuando em comunidades em situação de pobreza no Maciço de Baturité de projetos de extensão desenvolvidos foram: "Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Trabalho Infantil: uma proposta de interve interdisciplinar" e "Reapodere-se: processos de empoderamento a partir de intervenções comunitária com mulheres da comunidade da Estrada Velha/ das ações desenvolvidas são desenvolvimento comunitário e fortalecimento das políticas públicas voltadas para a população em situação de pobreza. proposta de oficinas de confecção das bolsas foi desenvolvida por uma das extensionistas que mora em uma das cidades com altos índices de pobreza: desenvolvida a tecnologia social. Essa realidade de privação é comum também na América Latina, havendo de 25 a 30 milhões de pessoas com risco situação de pobreza de acordo com o Relatório Regional sobre Desenvolvimento Humano para América Latina e do Caribe "Progresso multidimensione além da renda" do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2016).

Embora não se negue as contribuições dos diversos atores e órgãos na resolução de muitos dos problemas que afligem a região, Romero (2002) argu situação de miséria continua aumentando e a lacuna que separa a maioria dos países pobres das potências tecnologicamente mais desenvolvidas tem autor ressalta que o desafio para os países em desenvolvimento, como o Brasil, é a construção de conhecimento para diminuir a pobreza e potencializ públicas existentes. Este desafio pode ser assumo pelo Ensino Superior.

Como se sabe, uma das problemáticas do Brasil e da América Latina de forma geral, é a Pobreza. Este fenômeno não pode ser visto de forma local, p perpassa todos os cenários de vida pessoal, social e comunitária ao nível de todos os países, criando uma afetação mútua derivada das decisões tom e as agendas com as quais se comprometem ano após ano. Não aleatoriamente, a América Latina é considerada um continente em desenvolvimento. De acordo com Cidade, Moura Jr., Sarriera e Ximenes (2014), é de fundamental importância compreender as dimensões psicossociais da pobreza par estratégia de combate alinhada aos contextos. Assim, podem-se ter não apenas informações mais territorializadas sobre as dinâmicas da pobreza, de de equidade, mas estabelecer agendas de intervenção comunitária que através de metodologias participativas fundamentadas no paradigma da const transformação social, contribuem para a redução dessas condições em alinhamento com as políticas públicas. Neste sentido e como afirma Castillo Ce Cetina (2016) "deve-se ter responsabilidade de conhecer melhor o fenômeno da pobreza, o que significa e representa para as pessoas que o vivem o: recursos, os obstáculos, assim como a consequência e impactos que surgem por viver nessa condição" (p.99).

De acordo com Natalino (2012), desde meados dos anos 90, o Governo Federal vem aumentando seus gastos em políticas sociais. No entanto, a part aumentos exponenciais desses investimentos. É importante salientar que as políticas de combate à pobreza somente tornaram-se centrais nas gestão Federal. Antes a pobreza era tratada como constituinte imutável da realidade brasileira, esvaziando a responsabilidade estatal de atuar em prol da su (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2014). O Estado brasileiro, antes da Constituição de 1988, atuava em um modelo estritamente caritativo e assisti público em situação de pobreza. O surgimento da Assistência Social como política de Estado estava ligado à criação da Legião Brasileira de Assistênci limitada a uma prática focada na boa vontade, no favor e na não responsabilização do poder público (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). Na década de 19 expansão das ações da Assistência Social brasileira por conta do momento de efervescência social e da própria Constituição, que instituiu a Seguridac Saúde, Assistência Social e Previdência Social.

Porém somente com o advento da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993), houve um avanço na Assistência Social como um direit cidadão. Apesar disso, após esse período, ocorreu uma estagnação dessa política com os governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que centralidade neoliberal em suas políticas e esvaziou o fortalecimento da Assistência Social como sistema amplo e integral. Desenvolveram-se ações fr compartimentalizadas, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Bolsa-Escola, o Pro Jovem, o Bolsa Alimentação e o Programa Auxílio Gás.

Com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2005), ocorreu a reestruturação da Assistência Social como um direito do cidadão em t descentralizada, participativa e com foco de atuação no território. A PNAS concebe que o público em situação de pobreza é um dos grupos prioritários com identidades estigmatizadas em uma tendência étnica, cultural e social (BRASIL, 2005). Assim, o MDS representa uma trajetória política e técnica desenvolvimento de ações de combate à pobreza na Administração Pública Federal. Cabe salientar que o próprio SUAS é constituído de algumas contr autores entendem que essa política de transferência de renda tem um caráter de mitigar a pobreza, mas não tem como premissa erradicá-la (YAMAM 2010).

Além disso, compreende-se que é necessário apresentar um modelo de trabalho detalhado junto à Assistência Social como forma de fornecer um parí desses trabalhadores, porque orientações gerais podem ser desvirtuadas por uma burocracia de nível de rua. Esta é uma burocracia criada pelas trab trabalhadores que atuam na operacionalização da política no cotidiano e agem conforme suas crenças, valores e preconceitos em detrimento das dire serviços (OLIVEIRA, 2012).

Dessa maneira, identifica-se que há historicamente uma identidade social estigmatizada de pobre no Brasil. Há um conjunto de valores e de represen atribuídas de forma perversa e depreciativa às pessoas em situação de pobreza (REGO; PINZANI, 2013). A pobreza é constituída de representações r relacionadas a um estado de fracasso e degradação. Entende-se que o poder midiático pode ser um dos possíveis promotores dessas crenças, que sã também contemporâneas (ACCORSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012). Vázquez e Panadero (2009) concebem que há uma série de estereótipos social atribuições causais da pobreza. Geralmente, reconhece-se socialmente o indivíduo em situação de pobreza como o único culpado pela sua situação, s contexto social e o poder estatal para explicação dessas concepções. Compreende-se que há, então, uma série de papéis sociais ligados a essa identi estigmatizada de pobre, como vagabundo, sujo, criminoso, culpado pela sua situação, conformado, religioso e causador de mazelas sociais (MOURA J SARRIERA, 2014).

No Brasil, há o desenvolvimento histórico de um processo de reconhecimento depreciativo das pessoas que estão nessa situação, culpabilizando-se ur

situação social. Há, assim, uma série de papéis sociais no imaginário coletivo que concebem as pessoas em situação de pobreza como violentas, cuja culpa é atribuída à sua situação. Portanto, há um conjunto de representações sociais que enfraquecem, estigmatizam e limitam as possibilidades identitárias nessas situações. Esse ciclo opressor torna-se ainda mais intenso e cruel quando se agrega outras formas de opressão vinculadas ao gênero. A interseccionalidade auxilia-nos a entender essas formas de violação agregadas que fazem parte do nosso cotidiano. Uma compreensão interseccional sobre pobreza é concebê-la com especificidades relacionadas ao gênero (CRENSHAW, 2002). Dessa maneira, é necessário utilizar um prisma de análise das violações ocorridas por conta dos diferentes marcadores sociais que o uma pessoa ou grupo pode portar. Nesse sentido, este projeto de vai atuar seccionalidades vinculadas ao gênero e classe social na região do Maciço de Baturité no Ceará.

Em suas características mais territoriais, segundo IPECE (2016), o Maciço de Baturité compreende um perímetro de 3.707,26 km² com 230.523 mil habitantes, distribuído-se da seguinte maneira: a urbana com 112,217 mil habitantes e a rural com 118,306. O grupo etário de maior predominância é a de 63,85 da população. Segundo o IPECE (2016) Maciço de Baturité é composto ao todo de 13 cidades: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barrei Capistrano, Guarimiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção. De acordo com o IPECE (2016), identificou-se uma queda em relação que se considera os empregos formais com -5,69%, sendo que 31% da população da região vive em situação de extrema pobreza. Alinhada a questão de classe social, quando se analisa países com maiores índices de pobreza, vê-se que a condição social intensifica as violências vividas como um processo de exclusão constante das conjunturas sociais, culturais, políticas ou econômicas (MOUTINHO, 2014). A discriminação de gênero e igualdade humana necessária para que todo ser humano possa usufruir dos direitos garantidos pelo Estado. Por exemplo, as mulheres aparecem com vítimas quando o assunto é discriminação de gênero, principalmente quando o preconceito está no âmbito doméstico ou laboral (BERNARDINO-COSTA). Mesmo as mulheres apresentando o índice de escolaridade maior que a dos homens e com maior expectativa de vida em relação a esses, quando com de trabalho brasileiro, a renda dessas pode corresponder até 42, 7% menor do que a dos homens (ROSEMBERG, 2000). Nesse quesito econômico o Brasil apresenta uma desigualdade de gênero elevada. Uma justificativa para o menor ganho lucrativo de mulheres em relação aos homens se dá pelo fato de competirem no mercado formal, por disporem de menos tempo. O sexo feminino gasta mais horas do dia em atividade não lucrativa e de âmbito doméstico, dispendendo parte desse tempo em cuidados com filhos, familiares que necessitam de cuidado (SILVA, 2013).

Assim, compreende-se que é necessário desenvolver ações que fortaleçam as mulheres que foram historicamente marginalizadas, ou seja, as mulheres pobres. Portanto, com uma tecnologia social que atue no combate à pobreza a partir de uma perspectiva empreendedora com mulheres, tem-se o seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo;

Então, planeja-se desenvolver uma tecnologia social de produção de bolsas junto com as mulheres do Maciço de Baturité. Essas bolsas poderiam ser para as mulheres poderiam aumentar sua renda familiar. Para algumas mulheres poderia ser um dos meios pelo qual poderia sair de uma relação de violência vista que, principalmente as que tem filhos, não saem de uma relação violenta por não ter condições financeiras para se sustentar e sustentar outros, também funcionaria como meio de trabalhar a subjetividade dessas mulheres, pois "a subjetividade é construída a partir das relações interpessoais, e forma singular, individual, pertencendo ao mundo particular de cada sujeito, ela vai permitir a qualidade do desenvolvimento individual." (CARMO; IRI 2011. p.03)

A bolsa como seria feita com retalhos, ajudaria na expressão individual de cada mulher que a fizesse. Utilizando matérias que elas encontrariam em seu entorno e assim projetando na bolsa suas vivências, seus gostos, o cenário social a qual vive, por meio da criatividade. Por meio da nossa experiência trabalhando a subjetividade dessas mulheres, entendendo como elas se percebem, quais os desafios encontrados, dentre outros pontos que ajudaria no empoderamento feminino, principalmente nas regiões a qual essa pesquisa pretende trabalhar. Assim, pode-se ter um aumento do bem-estar das mulheres, fortalecendo-as para o enfrentamento das dificuldades cotidianas. Além disso, pode ocorrer um fortalecimento das relações de suporte social com as atividades voltadas para ações cooperativas presentes nas oficinas de confecção das bolsas. O suporte social e sentido de comunidade aumentam os laços de solidariedade que são importantes estratégias no combate à pobreza (SARRIERA; BEDIN, 2017).

Dessa maneira, planeja-se desenvolver uma tecnologia social em que as mulheres de diferentes comunidades do Maciço de Baturité possam aprender. No entanto, não será somente difundido o processo de construção da bolsa. As oficinas em que haverá o processo de ensino da construção de diferentes que poderão ser usadas como estratégia de inclusão produtiva, mas que também serão trabalhados temas como direitos sociais vinculados aos benefícios socioassistenciais e ao acesso a documentação, educação financeira, acesso a crédito, cooperativismo e análise de mercado. Essas oficinas serão desenvolvidas das motivações das participantes de uma forma colaborativa e comunitária. Tem-se como foco de ação atuar junto com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que é um equipamento da Política Nacional de Assistência Social.

Objetivos

Objetivo Geral

Desenvolver uma tecnologia social de confecção de bolsas com mulheres em situação de pobreza da região do Maciço de Baturité;

Objetivos Específicos

- Identificar as necessidades individuais e comunitárias das mulheres participantes;
- Avaliar a tecnologia social como estratégia de inclusão produtiva;
- Analisar o impacto social da tecnologia social no fortalecimento do sentido de comunidade, suporte social e no bem-estar pessoal das mulheres;
- Facilitar maior acesso a políticas públicas de Assistência Social;
- Desenvolver de forma sustentável espaços de cooperativismo na confecção de bolsas entre as mulheres participantes;

Metodologia

Assim, o método se refere ao desenho estratégico da efetivação da pesquisa à realidade empírica (MINAYO; SANCHES, 1993), devendo estar relacionado ao estudo (GUNTHER, 2006). Dessa maneira, a partir do objetivo geral apresentado, são elaborados dois estudos interdependentes em que se privilegia a quantitativa e a qualitativa em pesquisa, combinando diferentes estratégias de coleta de informações a partir da pesquisa ação (BRUGGEMANN; PARF) qualidade de um empreendimento investigativo está na relação entre o problema de pesquisa e seu processo metodológico, como também na apreensão detalhada dessa trajetória de construção do método (GUNTHER, 2006).

Técnicas e procedimentos participativos

Sendo a inserção comunitária transversal a realização desta pesquisa/intervenção, consideramos que para o desenvolvimento da mesma será importante comunitárias, vivências nos espaços de celebrações da comunidade, rodas de conversas com as lideranças comunitárias, visitas domiciliares entre outras construções de diários de campo essencial a este processo (MONTERO, 2006). Segundo Denzin e Lincoln (2006), o pesquisador pode utilizar diversas técnicas ou materiais empíricos em sua produção, reunindo técnicas existentes ou inventadas, elaborando, então, uma bricolagem. Foi utilizada a técnica da observação proveniente do método etnográfico. O fato de a observação ser participante corresponde a postura e a tentativa do pesquisador em aproximar-se e se integrar ao grupo pesquisado, sendo encarada por Lane (1984) como uma forma de propiciar a inserção efetiva do pesquisador na realidade estudada. Mor que são atitudes do pesquisador a empatia, a compreensão, a horizontalidade e a curiosidade científica. Angrosino (2009) chama de pesquisador-participante o "pesquisador que é um participante-como-observador está mais completamente integrado à vida do grupo e mais envolvido com as pessoas; e amigo e um pesquisador neutro" (p. 75).

A sistematização das observações é feita a partir da elaboração dos diários de campo. Assim, a observação participante, junto com a feita de diário: acompanham de forma integral o percurso de realização da pesquisa. O diário de campo é uma técnica utilizada na antropologia, sociologia e, posteriormente, Psicologia Social (MONTERO, 2006). Segundo Angrosino (2009), a elaboração dos diários de campos sistemáticos tem como premissa o registro de dados, encontrando fatores que possam ser encarados como padrões. Assim, tem-se como fim a explicação da situação, a relação dos participantes dos eventos, o registro de conversas e outras interações verbais e a descrição do cenário físico, dos comportamentos e das interações.

De forma participativa, serão identificadas as mulheres que desejem participar das oficinas de confecção de bolsas e construídas com elas esse primeiro passo do "planejamento e a realização em espiral" ocorrerá mediante a contratualização com os participantes da pesquisa acerca das problemáticas do território, sendo relevante para este momento o conceito de Góis (2008), sobre ação-participante. Nesta forma, reconhece-se que esta é essencial para o desenvolvimento comunitário à medida que são ações coletivas que partem do contexto comunitário e visam o (re) conhecimento das potencialidades do território, de propor estratégias de enfrentamento das problemáticas.

Antes de iniciar as oficinas, serão realizadas duas técnicas. A primeira um grupo focal. Os grupos focais constituem uma técnica de pesquisa qualitativa processo de produção de sentidos de forma grupal. Tem a finalidade de produzir sentidos diversos sobre determinada temática com um grupo de pessoas de um determinado coletivo social. Neste projeto, buscar-se-á ter informações sobre o contexto de vida das participantes, expectativas sobre a oficina de aprender uma estratégia de inclusão produtiva. O grupo focal funciona como uma entrevista qualitativa semiestruturada, mas utilizada a nível coletivo e as qualidades das interações grupais (KIND, 2004).

Dessa maneira, o Grupo Focal é realizado a partir da elaboração de um roteiro e questões vinculadas à temática investigada. Essas questões são feitas revisão de literatura científica sobre os estigmas vinculados à pobreza e a partir de determinadas produções midiáticas. Os grupos são organizados com um moderador que mediará a discussão e realizará os questionamentos de forma mais democrática e ética possível. Também, estará presente um observador que analisará a dinâmica de realização do grupo, assim como as temáticas abordadas a partir da elaboração de diários de campo (ROSO, 1997).

É importante salientar que o debate deve ser gravado, mas somente poderá ser utilizado caso os participantes aceitem a utilização da gravação por meio de um instrumento que seja preciso e rápido em sua aplicação (FOWLER JR., 2011). As variáveis estão relacionadas à metodologia e aos objetivos da pesquisa (GUNTHER, 2003). Nesse sentido, serão aplicadas escalas sobre bem-estar pessoal, suporte social e sentido de comunidade objetivas das oficinas antes de iniciar as atividades e no término do período de realização. Serão comparados os índices de cada escala para identificar mudanças nas médias das categorias analisadas.

Além disso, será aplicada uma técnica quantitativa de levantamento, construindo também um método quase experimental de pré e pós-teste (GRESM) elaborado um questionário que não traz danos as pessoas e que seja de fácil aplicação (GUNTHER, 2003). Este tipo de investigação almeja abordar dados conceituais e variáveis por meio de um instrumento que seja preciso e rápido em sua aplicação (FOWLER JR., 2011). As variáveis estão relacionadas à metodologia e aos objetivos da pesquisa (GUNTHER, 2003). Nesse sentido, serão aplicadas escalas sobre bem-estar pessoal, suporte social e sentido de comunidade objetivas das oficinas antes de iniciar as atividades e no término do período de realização. Serão comparados os índices de cada escala para identificar mudanças nas médias das categorias analisadas.

A Escala de Percepção de Suporte Social (EPSS) é composta por 29 itens, distribuídos em dois fatores método de extração dos eixos principais com o primeiro fator é suporte prático com 19 itens, relativos ao apoio instrumental e informacional (alfa de Cronbach = 0,91, 39,66% de variância comum,

com cargas fatoriais variando de 0,38 a 0,78). O segundo fator é suporte emocional, com 10 itens (alfa de Cronbach = 0,92, 4,02% da variância com 1,17 com cargas fatoriais entre -0,55 a -0,83) (Siqueira, 2008).

Na perspectiva de satisfação global com a vida, é utilizado o Índice de Bem-Estar Pessoal (Personal Wellbeing Index) que foi primeiramente aplicado e posteriormente difundido mundialmente (Cummins et al., 2003b). Este índice tem o objetivo de mensurar a satisfação global com a vida a partir de âmbitos e significativos índices de validade, replicabilidade e composição, como o Alfa de Cronbach de 0,85. De acordo com Cummins e Nistico (2002), o Índice pessoal avalia o bem-estar subjetivo e psicológico a partir de medidas objetivas e subjetivas. Os âmbitos utilizados são padrão de vida, saúde pessoal, relações pessoais, segurança, relações comunitárias e segurança quanto ao futuro. Esses indicadores são avaliados a partir de um ranking de respostas insatisfeito – até 10, totalmente satisfeito.

Também é utilizada a escala adaptada do Índice de senso de comunidade desenvolvido por Chavis, Hogge, McMillan e Wandersman (1986). Nesta pesquisa possui o Alfa de Cronbach de 0,733. Esses itens se referem às percepções sobre filiação, influência, cumprimento de necessidades e conexão entre os membros da comunidade estudada em itens contínuos de níveis de concordância e discordância em uma escala de resposta de 5 opções. A partir do estudo de pessoas em situação de pobreza, foram somente utilizados os itens que não são invertidos e aqueles de fácil compreensão pelos entrevistados no estudo. Os itens utilizados são: "Meus vizinhos e eu queremos coisas semelhantes"; "Eu consigo reconhecer muitas pessoas que vivem no meu bairro"; "Eu não me sinto sozinho"; "Eu me importo com o que os meus vizinhos pensam das minhas ações"; "Se houver um problema nesse bairro as pessoas que vivem resolvem-no"; "É muito importante para eu viver nesse bairro"; "Eu espero viver nesse bairro por um longo tempo".

Importante situar que as participantes da pesquisa serão mulheres que vivem em situações de pobreza moradoras das seguintes localidades: Acarape Barreira, todas situadas no Maciço do Baturité, estado do Ceará. Estas localidades foram escolhidas, considerando a proximidade com os campos da Integração da Lusofonia Brasileira (UNILAB) e dos contextos de pobreza vivenciados. Durante um período de três meses, serão realizados grupos de trabalho com as mesmas para o desenvolvimento da tecnologia social, considerando que esta, será desenvolvida considerando os seguintes aspectos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS): "igualdade de gênero"; "trabalho decente e crescimento econômico"; "redução das desigualdades"; "erradicação da pobreza e comunidades sustentáveis"; e "consumo e produção responsáveis". Nessa fase, será apresentada a possibilidade de realização de oficinas de desenvolvimento de produtos, mas serão discutidas com as mulheres com que tipos de materiais poderão ser utilizados na produção dessas bolsas; as formas como as oficinas serão realizadas; e relevância dessa ação de formação e de inclusão produtiva para o contexto de vida delas.

É importante salientar que o método de confecção da bolsa foi realizado por uma das extensionistas da REAPODERE-UNILAB residente em uma das comunidades em situação de pobreza de Acarape. Ela já atuou com mulheres em situação de pobreza, facilitando oficinas de confecção das bolsas em atividades de extensão. Para maiores informações sobre o passo a passo de confecção desses produtos, há o Anexo 1 com especificação desse processo. A confecção da comunidade estará articulada com uma série de encontros temáticos, com o seguinte cronograma: Encontro 1. Apresentação das participantes, expectativas e questionários; Encontro 2. O que você deseja colocar na bolsa?; Encontro 3. Confeccionando a primeira bolsa; Encontro 4. O que pode colocar nessas bolsas? Documentos civis, direitos e benefícios socio-assistenciais; Encontro 5. Buscando os documentos para colocar na bolsa; Encontro 6. Confeccionando a segunda bolsa; Encontro 7. O que pode ser colocado na segunda bolsa? Educação Financeira; Encontro 8. Confeccionando uma terceira bolsa original da comunidade com materiais fornecidos pelas mulheres; Encontro 9. Estratégias de inclusão produtiva e cooperativismo; Encontro 10. Encerramento, entrega de materiais produzidos e aplicação de grupo focal e de questionários.

Participantes

Os critérios para participação na pesquisa de produção da tecnologia social serão: ser mulher, ter vivido ao menos cinco anos nas comunidades em com a idade mínima de 18 anos; aceitar participar da pesquisa; e assinar um termo de consentimento livre e esclarecido. Nesta pesquisa-ação, serão selecionados grupos nas três comunidades identificadas. Cada comunidade, poderá até quinze mulheres como participantes das oficinas que terão duração de duas semanas. Dessa maneira, planeja-se um total de 45 participantes diretas.

Análises realizadas

Os grupos focais e os diários de campo serão realizados por meio de Análise de Conteúdo. De acordo com Bardin (2010), esta análise tem como finalidade interpretação baseada em inferência a partir de indicadores qualitativos e quantitativos. Há seis técnicas possíveis na utilização dessa abordagem: análise de avaliação, análise de enunciação, análise de expressão, análise das relações e análise do discurso. Neste estudo, utiliza-se a análise de conteúdo, são definidas categorias dedutivas, mas igualmente a análise está aberta a categorias indutivas desenvolvidas pelo processo de análise da transcrição e codificação, é utilizada como recorte a perspectiva temática vinculada às categorias analíticas. Na agregação, as categorias são relacionadas entre si e em categorias. Por fim, também se pode enumerar as frequências das categorias e das macrocategorias utilizadas na análise. Para o estudo quase experimental, serão realizadas descritivas e comparativas das médias das escalas. Por conta da quantidade baixa dos grupos, se análises não-paramétricas a partir do Teste de Kolmogorov-Smirnov para amostras dependentes (HAIR; BLACK; BABIN; ANDERSON; TATHAM, 2009). identificar se ocorreu diferenças significativas entre as participantes dos grupos depois das oficinas da tecnologia social.

RESULTADOS ESPERADOS:

- Apresentação de DOIS (2) trabalhos vinculados aos resultados da pesquisa em congressos nacionais;
- Aplicação da tecnologia social de bolsas em TRÊS (3) grupos de mulheres em diferentes comunidades do Maciço de Baturité;
- Realização de TRINTA E SEIS (36) supervisões quinzenais sobre investigação com os/as bolsistas oficiais e voluntários;
- Realização de SEIS (6) grupos focais com mulheres participantes da tecnologia social;
- Construção de UM (1) banco de dados dos dados quantitativos da aplicação do estudo quantitativo nos três grupos de mulheres;
- Submissão de UM (1) artigo científico submetido em periódico científico nacional com no mínimo Qualis B1;
- Produção de UMA (1) cartilha com o processo de aplicação da tecnologia social;
- Produção de UM (1) site com o passo a passo da aplicação da tecnologia social;

Referências

- ACCORSI, Aline; SCARPARO, Helena; GUARESCHI, Pedrinho. A naturalização da ACCORSI, A.; SCARPARO, H.; GUARESCHI, P. A. A naturalização reflexões sobre a formação do pensamento social. Psicologia e Sociedade (Impresso), v. 24, p. 536-546, 2012.
- ANGROSINO, M. Etnografia e Observação Participante. Porto Alegre, Artmed, 2009.
- ARGILAGA, M. T. A. La observación participante. In: BAZTAN, A.; G. Etnografía: Metodología cualitativa e investigación socio cultural. Barcelona: Boix 1995.
- BARBIER, René. A pesquisa-ação. Brasília: Editora Plano, 2002.
- BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. Revista de Sociologia, v. 30, n. 1, p. 147-163, 2015.
- BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS Anotada. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 1993.
- BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica SUAS – NOB SUAS: aprimoramento da Gestão e Qualidade Socioassistencial. Minuta Consultiva Pública. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/arquivos/nob-suas-2010-publica-final.pdf> acesso em: julho, 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Plano Progridir. 2017. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D91181.html Acesso em: 06 de out, 2018
- BRÜGGEMANN, O.A. e PARPINELLI, M.A. Utilizando los abordajes cuantitativo y cualitativo en la producción del conocimiento. Revista Escuela Enfermería, v. 58, 2008.
- CARMO, K, S, N; ISCHIARA, J, C; CARNEIRO, S, N, V. A subjetividade feminina na atualidade: um levantamento de como a mulher se percebe diante das questões de gênero. Psicologia.pt. O portal dos psicólogos. 2011.
- CASTILLO, MT; CARRILLO, C; CAMPO, TC., e CETINA, GDC. Bienestar personal y la esperanza en población en condición de pobreza en Mérida, México. Nepumoceno, C. Camurga. e J. Ferreira, Implicaciones psicosociales da pobreza. Diversidades e resistências. Fortaleza, Brail: Expressao gráfica e Edições, 2010.
- CHAVIS, D., HOGGE, J., MCMILLAN, D., & WANDERSMAN, A. Sense of community through Brunswick's Lens: A first look. Journal of Community Psychology, v. 14, p. 171-188, jan. 2002.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências sociais e humanas. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CIDADE, E., MOURA, Jr., SARRIERA, J., XIMENES, V. Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. Temas em Psicologia, v. 22, n. 2, p. 171-188, jan. 2002.
- CRENSHAW, Kimberl. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- CRESWELL, J. W. Projetos de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Artmed: Porto Alegre, 2010.
- CUMMINS, R.A.; ECKERSLEY, R.; PALLANT, J.; VAN VUGT, J.; MISAJON, R. Developing a national index of subjective well-being: The Australian Unity Wellbeing Index. Social Indicators Research, v. 64, n. 159-190, 2003.
- CUMMINS, R. A.; NISTICO, H. Maintaining life satisfaction: The role of cognitive bias. Journal of Happiness Studies, v. 3, p. 37-69, 2002. doi:10.1023/A:1015678915305.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FLICK, U. Desenho da Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre, Artmed, 2009.
- FREITAS, C. R.; GUARESCHI, P. A. A assistência social no Brasil e os usuários: Possibilidades e contradições. Diálogos, n. 25, p.145-160.
- GIBBS, G. Análise de Dados qualitativos. Porto Alegre: ArtMed, 2009.
- GOES, N. A., XIMENES, V. M. & MOURA JR., J. F. Relações da Psicologia Comunitária com as matrizes libertadoras a partir da dialética dominação-opressão. Psicologia, v. 6, p. 140-161, 2015.
- GÓIS, C.W.L. Noções de Psicologia Comunitária. Fortaleza: Edições UFC, 1993.
- GÓIS, C. W. L. Psicologia Comunitária. Universitas Ciências da Saúde, 2(1), p.277-297, 2004.

GÓIS, C. W. L. Saúde Comunitária: pensar e fazer. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008.
 GONÇALVES, Carolina. Renda das mulheres é 42, 7% menor que a dos homens, diz Pnud. 2018. Disponível em: < http://agenciabrasil.ebc.com.br/di-humanos/noticia/2018-09/renda-das-mulheres-e-427-menor-que-dos-homens-diz-pnud >. Acesso em: 08 de out de 2018.
 GÜNTHER, H. Como elaborar um questionário. In Günther, H. Série Planejamento de Pesquisa em Ciências Sociais. Brasília: UnB, 2003.
 IPECE. Perfil das Regiões de Planejamento Maciço de Baturité – 2016. Governo do Estado do Ceará, Secretaria do Planejamento e Gestão. 2016. Disp http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/2016/Perfil_Regional_Macico_Baturite2016.pdf. Acessado em: 06 de outubro de 2018.
 INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Cidadania Maciço do Baturité – MDA/SDT/CON Instituto Agropolos do Ceará, 2010.
 HAIR, J.F.; BLACK, W.C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L. Análise multivariada de dados. Porto Alegre: Bookman, 2009.
 KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. Psicologia em Revista, v. 10, n. 15, p. 124-136, 2004.
 LANE, S. T. M. Consciência/alineação: a ideologia no nível individual. In: LANE, T.M.S.; CODD, W. (Org.). Psicologia Social: O Homem em Movimento. Editora Brasiliense, 1984.
 LASSANCE Jr, Antonio, et al. Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
 MACIEL, Ana Lúcia Suárez; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. Serviço Soci [s.l.], n. 105, p.146-165, mar. 2011. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282011000100009
 MINAYO, M.C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, Hucitec, 2007.
 MINAYO MC e SANCHES O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Caderno de Saúde Pública, 9(3), 239-262, 1993.
 MONTERO, M. Hacer para transformar: El método en Psicología Comunitaria. Paidós: Buenos Aires, 2006.
 MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: Raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. Cadernos Pagu, n.42, p.:
 MOURA JR., J. F., REBOUÇAS JÚNIOR, F. G., ALENCAR, A. B., OLIVEIRA, A. K. S. P., PINHO, A. M.M., XIMENES, V. M., & GADELHA, A. K. S. (2014). Int comunitaria con mujeres a partir de la actuación en Red en Psicología Comunitaria: Una experiencia en una comunidad en Brasil. Psicoperspectivas, v 143, 2014.
 MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. Quaderns de Psi p. 85-93, 2014.
 NARAYAN, D. Voices of the poor - Can anyone hear us? Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.
 NATALINO, M. A. C. (2012). Pesquisa Pannel de Pobreza: Aspectos Teórico-Metodológicos da Avaliação da Estratégia Brasileira de Desenvolvimento So Brasileira de Monitoramento e Avaliação, v. 4, n. 2, p. 124-135, 2012.
 NOFFKE, L.; ROBERTS, L. Pesquisa de ação. IN: SOMEKH, B.; LEWIN, C. Teoria e Métodos de Pesquisa Social. (pp. 141- 150). Vozes: Petrópolis, 2015
 PNUD - PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe "F multidimensional: bienestar más allá del ingreso, 2016. Disponível em:
 http://www.cl.undp.org/content/dam/rblac/docs/Research%20and%20Publications/IDH/UNDP_RBLAC_IDH2016Final.pdf.
 OLIVEIRA, A. Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas. Revista de Administração Pública, v. 46, n. 6, p. 1551-157: REGO, W.; PINZANI, A. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: UNESP, 2013.
 ROMERO, A. Del equívoco a la paradoja. L FAN y la Revolución Bolivariana, En M, 2002.
 ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. Red Revista Estudos Feministas, 2000
 ROSO, Adriane. grupos focais em Psicologia Social: da teoria à prática. Psico, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 155-169, 1997.
 Sarriera, Jorge Castellá; Bedin, Livia Maria . A Multidimensional Approach to Well-Being. In: Jorge Castella Sarriera, Livia Bedin Tomasi. (Org.). Childr Indicators and Research. 1ed.Cham: Springer International Publishing, 2017, v. 1, p. 3-26.
 SIQUEIRA, M. M. M. Construção e validação da Escala de Percepção de Suporte Social. Psicologia em Estudo, v. 13, n. 2, p. 381-388, 2008. doi: 10.1 73722008000200021
 VALADÃO, José de Arimatéia Dias et al. Bases sociotécnicas de uma tecnologia social: o transferir da pedagogia da alternância em Rondônia. Organiz [s.l.], v. 24, n. 80, p.89-114, mar. 2017. http://dx.doi.org/10.1590/1984-9230805.
 VAZQUEZ, J. J.; PANADERO, S. Atribuciones causales de la pobreza en los países menos desarrollados. Perfiles Latinoamericanos, v. 34, n. 1, 125-14(XIMENES, V. M.; PAULA, L. R. C.; BARROS, J. P. P. Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: diálogos sobre atuação em comunidades. Ps Profissão, v. 29, p. 686-699, 2009.
 YAZBECK, M. C. Classes subalternas e assistência social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
 YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 26, p. 9-24, 2010.
 WEISS, C. H. Evaluation. Printice Hall: Phoenix, 1997

MEMBROS DO PROJETO

CPF	Nome	Categoria	CH Dedicada	Função
-----	------	-----------	-------------	--------

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DDD

Atividade	2022				2023					
	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
REALIZAÇÃO DE SUPERVISÕES SEMANAIS SOBRE INVESTIGAÇÃO COM OS/AS BOLSISTAS OFICIAIS E VOLUNTÁRIOS;										
PREPARAÇÃO DA EQUIPE DO PROJETO PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES										
INSERÇÃO COMUNITÁRIA NAS COMUNIDADES										
REALIZAÇÃO DE OFICINAS COOPERATIVAS E PARTICIPATIVAS										
AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL COM AS TÉCNICAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS A PARTIR DA TRANSCRIÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS E ANÁLISES DOS BANCOS DE DADOS QUANTITATIVOS										
ANÁLISE DOS RESULTADOS										
ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL										

PLANOS DE TRABALHO

Título	Tipo da Bolsa	Situ
--------	---------------	------

Atuação no desenvolvimento da tecnologia social de "Confecção de Bolsas da Comunidade" 2022-03 Pibiti/CNPq (IT) EM .

AVALIAÇÕES DO PROJETO

Situação/Parecer	Data da Avaliação
------------------	-------------------

DESISTENTE

AVALIAÇÃO REALIZADA **07/05/2022 13:19**

Declaro que procedi à leitura integral do projeto de pesquisa e de plano(s) de trabalho(s) cadastrados no SIGAA, visando inteirar-me dos argumentos e tecnológicos apresentados pelo docente proponente, avaliando-os com equidade ao emitir o parecer pelo qual assumo total responsabilidade.

7 - Enquadramento da proposta nas diretrizes gerais da instituição nos domínios da pesquisa e da formação	5.0
6 - Qualidade do(s) plano(s) de trabalho enquanto experiência de iniciação técnica e científica	10.0
5 - Adequação do(s) plano(s) de trabalho aos objetivos da pesquisa	9.9
4- Adequação da proposta aos recursos financeiros e de infra-estrutura apresentados na proposta	4.9
3 - Apresentação da metodologia, objetivos, metas e resultados esperados, elencados em relação à problematização e à literatura	9.8
2 - Apresentação da literatura relevante e coerência do enquadramento teórico em relação à problematização	9.6
1 - Coerência e clareza da problematização, da definição do objeto e das hipóteses	9.7
AVALIAÇÃO REALIZADA	30/04/2022 10:34

Situação/Parecer	Data da Avaliação	
Projeto aprovado, tema relevante e com metodologia coerente com os objetivos. Observação, poderiam ser incluídos os profissionais do CRAS nas ações de mulheres tanto possa ser acompanhado de forma integrada pelas políticas públicas como, também, abrir a possibilidade de ser multiplicado ou repli institucionais da rede de assistência.		
7 - Enquadramento da proposta nas diretrizes gerais da instituição nos domínios da pesquisa e da formação	5.0	
6 - Qualidade do(s) plano(s) de trabalho enquanto experiência de iniciação técnica e científica	9.0	
5 - Adequação do(s) plano(s) de trabalho aos objetivos da pesquisa	9.0	
4- Adequação da proposta aos recursos financeiros e de infra-estrutura apresentados na proposta	5.0	
3 - Apresentação da metodologia, objetivos, metas e resultados esperados, elencados em relação à problematização e à literatura	9.5	
2 - Apresentação da literatura relevante e coerência do enquadramento teórico em relação à problematização	9.5	
1 - Coerência e clareza da problematização, da definição do objeto e das hipóteses	9.5	
NÃO REALIZADA		
HISTÓRICO DO PROJETO		
Data	Situação	Usuário
18/02/2022 00:47	SUBMETIDO	JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR (<i>james.mou.</i>
18/02/2022 00:50	SUBMETIDO	JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR (<i>james.mou.</i>
10/03/2022 17:44	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)
25/03/2022 10:53	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)
18/04/2022 13:21	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)
29/04/2022 10:02	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)

Portal do Docente

SIGAA | Diretoria de Tecnologia da Informação - - | Copyright © 2006-2023 - UNILAB - sigaa1.sigaa1 - v3.22.20



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES

PORTARIA IH Nº 104, de 30 de novembro de 2021-UNILAB

Altera a Portaria IH Nº 01, de 04 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Composição do Colegiado do Curso de Bacharelado em Humanidades, Campus dos Palmares, Ceará, vigência 01/01/2021 - 31/12/2023, Edital BHU 01/2020.

O DIRETOR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e a Portaria GR nº 1.070, de 03 de outubro de 2018, Resolução CONSUNI Nº 23/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros do Colegiado do Curso de Bacharelado em Humanidades, Campus dos Palmares, Ceará, vigência 01/01/2021 - 31/12/2023, Edital BHU 01/2020.

Art. 2º O colegiado será composto pelos membros abaixo relacionados:

Membros Natos (2 vagas).

1. Carolina Maria Costa Bernardo - Coordenadora
2. Jon Anderson Machado Cavalcante - Vice-coordenador

Docentes com códigos de vagas vinculados ao BHU (14 vagas).

1. Adolfo Pereira de Souza Junior
2. Antônio Vieira da Silva Filho
3. Carlos Henrique Lopes Pinheiro
4. Francisca Rosália Silva Menezes
5. Francisco Vítor Macêdo Pereira
6. Gisele Soares Gallicchio
7. James Ferreira Moura Junior
8. Jo A-mi
9. Jon Anderson Machado Cavalcante
10. Leandro de Proença Lopes
11. Luís Carlos Silva de Sousa
12. Patrick de Oliveira Almeida
13. Ruben Maciel Franklin
14. Salvio Fernandes de Melo

Demais representação docente (10 vagas).

1. Eduardo Gomes Machado
2. Jacqueline da Silva Costa
3. Joana D'Arc de Sousa Lima
4. Joanice Santos Conceição
5. Marcos Vinícius Santos Dias Coelho

6. Natalia Cabanillas
7. Ricardo Ossagô de Carvalho
8. Roberto Kennedy Gomes Franco
9. Rosângela Ribeiro da Silva
10. Segone Ndangalila Cossa

Representação discente (3 vagas)

1. Ana Raquel Silva Reginaldo
2. Sandra Dam Adelino Biifa
3. Whallison Rodrigues Gomes

Sem representação Servidores/Servidoras técnico-administrativo

Art. 3º Conforme RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR CONSEPE/UNILAB nº 2, DE 16 DE JULHO DE 2021, a carga horária de trabalho deste Colegiado respeita o item 1.2.2 do Anexo I da referida Resolução Complementar.

Art. 4º Esta Portaria conta seus efeitos a partir de sua assinatura, revogando a partir desta data, a Portaria IH Nº 01, de 04 de janeiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS HENRIQUE LOPES PINHEIRO, DIRETOR(A) DE INSTITUTO**, em 30/11/2021, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0372981** e o código CRC **E96B80EE**.

Referência: Processo nº 23282.015691/2021-65